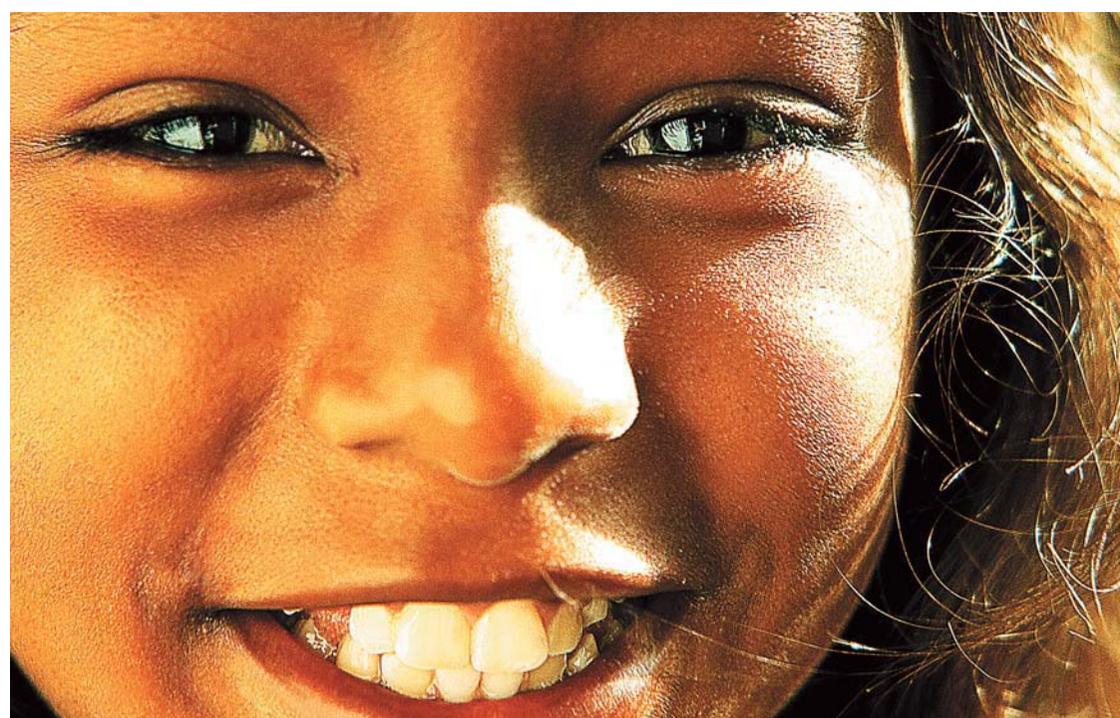




SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - SEPLAN

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Cambéa
Edifício SEPLAN - 2º andar - CEP: 60.839-900 - Fortaleza - Ceará - Brasil
Telefax: 55 (85) 488.7530

www.seplan.ce.gov.br



**PLANO PLURIANUAL COMPARTILHADO 2004 - 2007
CRESCIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL**

FORTALEZA - CEARÁ - SETEMBRO 2003



GOVERNO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO

PPA COMPARTILHADO
2004 - 2007

SETEMBRO 2003

GOVERNADOR

Lúcio Gonçalves de Alcântara

VICE – GOVERNADOR

Francisco de Queiroz Maia Júnior

CHEFE DO GABINETE DO GOVERNADOR	Afonso Celso Machado Neto
SECRETÁRIO DO GOVERNO	Luiz Alberto Vidal Pontes
PROCURADOR GERAL DO ESTADO	Wagner Barreira Filho
CHEFE DA CASA MILITAR	Cel. QOPM Zenóbio Mendonça Guedes Alcoforado
SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	Maria Celeste Magalhães Cordeiro
SECRETÁRIO DA AÇÃO SOCIAL	Raimundo Gomes de Matos
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO	Carlos Mauro Benevides Filho
SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Carlos Matos Lima
SECRETÁRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Hélio Guedes de Campos Barros
SECRETÁRIA DA CONTROLADORIA	Mônica Clark Nunes Cavalcante
SECRETÁRIA DA CULTURA	Cláudia Sousa Leitão
SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Francisco Régis Cavalcante Dias
SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	Alex Araújo
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Sofia Lerche Vieira
SECRETÁRIO DO ESPORTE E JUVENTUDE	André Peixoto Figueiredo Lima
SECRETÁRIO DA FAZENDA	José Maria Martins Mendes
SECRETÁRIO DA INFRA-ESTRUTURA	Luiz Eduardo Barbosa de Moraes
SECRETÁRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	José Evânio Guedes
SECRETÁRIO DA OUIDORIA-GERAL E DO MEIO AMBIENTE	José Vasques Landim
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	Francisco de Queiroz Maia Júnior
SECRETÁRIO DOS RECURSOS HÍDRICOS	Edinardo Ximenes Rodrigues
SECRETÁRIO DA SAÚDE	Jurandi Frutuoso Silva
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	Francisco Wilson Vieira do Nascimento
SECRETÁRIO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	Roberto Eduardo Matoso
SECRETÁRIO DO TURISMO	Allan Pires de Aguiar
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	Maria Amália Passos Garcia

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Pela primeira vez em sua história o Ceará apresenta um Plano Plurianual compartilhado, discutido previamente com a população, que depositou sua confiança no Governo ao se engajar nos debates, propostas, demandas e construção de expectativas para o próximo quadriênio.

Como um Governo que tem como ênfase o social, como meta a aproximação com quem mais precisa e como compromisso suas realizações – a elaboração do Plano Plurianual não poderia ser de outra forma.

Logo no início de 2003 começaram a ser visitadas as regiões pólo, num total de 21. Em cada uma delas se deu um dinâmico ciclo de discussões, trazendo à tona as prioridades comunitárias para o horizonte de tempo que se estende até o ano 2007.

Foi de fato empolgante testemunhar a forma como a população compreendeu seu papel de protagonista, comprovando a maturidade de uma consciência política que vem sendo formada há mais de uma década.

São estes cearenses os co-autores do presente Plano, que com orgulho legítimo faço chegar a você.

Lúcio Alcântara
Governador do Estado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1.PREMISSAS DO PLANO	10
2.PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ.....	14
2.1. CEARÁ HOJE.....	16
2.1.1. A População Cearense.....	16
2.1.2.Qualidade de Vida da População	16
Educação.....	17
Saúde	18
Trabalho e Renda.....	18
2.1.3.Evolução do Perfil Econômico.....	19
2.1.4.Comércio Nacional e Internacional.....	21
2.2.CENÁRIOS MACROECONÔMICOS	22
2.2.1.Aspectos Metodológicos.....	22
2.2.2.Resultados.....	23
2.2.2.1.Projeções do PIB sob a ótica da demanda final	24
2.2.2.2.Regionalização para o PIB e emprego	25
3.EIXOS DE ARTICULAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE GOVERNO	26
3.1.EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR.....	28
3.2.EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR.....	28
3.3.EIXO 3 - CEARÁ INTEGRAÇÃO.....	31
3.4.EIXO 4 - CEARÁ, ESTADO A SERVIÇO DO CIDADÃO.....	32
4.TRAJETÓRIA DO PPA COMPARTILHADO	34
4.1.ANTECEDENTES.....	36
4.1.1.O Movimento Ceará Cidadania	36
4.1.2.Equipe de Transição de Governo.....	36
4.1.3.Encontro de Camocim-Seminário Estratégico do Governo	37
4.2.ENCONTROS REGIONAIS.....	38
4.2.1.Participantes	38
4.2.2.Metodologia	39
5.DEMANDAS REGIONAIS	40
6.FINANCIAMENTO DO PLANO	66
6.1.ANÁLISE COMPARATIVO DOS PPA 2002/2003 E 2004/2007	68
6.2.FINANCIAMENTO DO PLANO	69

INTRODUÇÃO

A elaboração do novo Plano Plurianual 2004-2007 do Estado do Ceará foi concebida com participação da sociedade cearense na formulação e acompanhamento de suas demandas prioritárias.

O caráter participativo deste novo PPA representa um enriquecimento para o planejamento e gestão das políticas públicas, que necessitam ser, cada dia, melhor focalizadas.

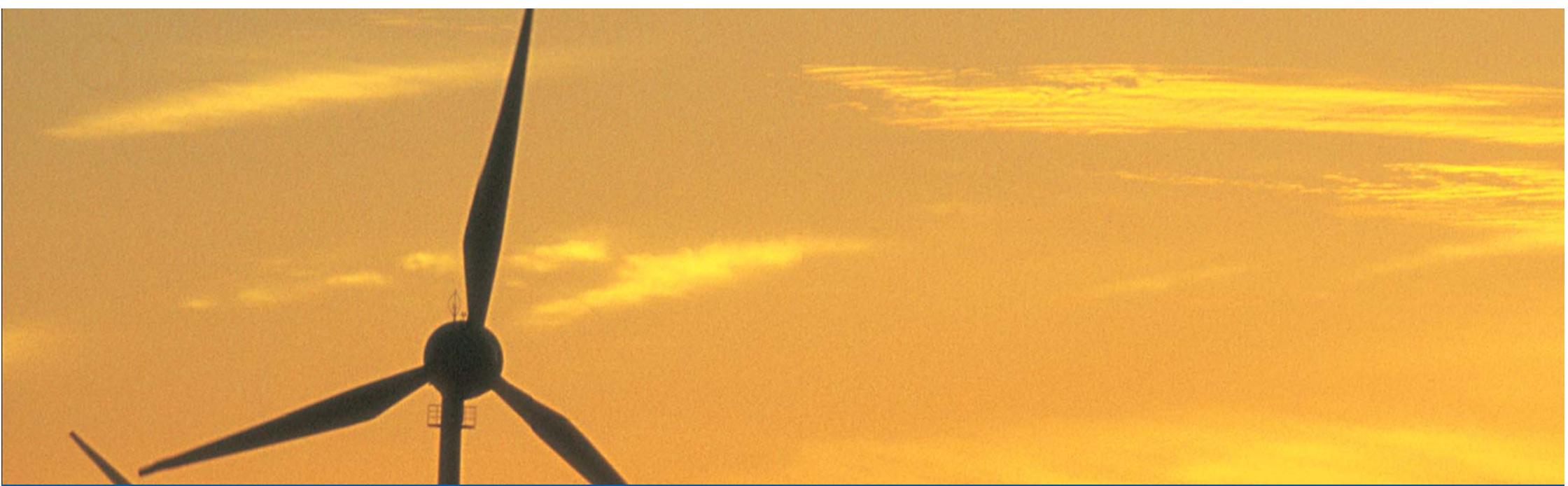
Ciente desse fato, o Governo decidiu ouvir a população do Estado, dando-lhe oportunidade de acesso ao diálogo e a discussões que apontem caminhos para a construção de um novo modelo de desenvolvimento que prime pela redução das desigualdades e inclusão social.

Foi feito um amplo debate nas várias regiões do nosso Estado, agregando propostas e valores, nos vinte e um encontros realizados. O processo de consulta estadual resultou na consolidação dessas propostas que passam a ser apresentadas no presente documento, cujo relato sobre o processo e as fases de preparação e consolidação do Plano Plurianual 2004/2007 descreve os principais momentos de discussão entre o Governo e a sociedade civil organizada sobre as prioridades e as grandes demandas da população.

O Documento se apresenta composto das seguintes partes: **Premissas do Plano Plurianual**, que enfocam os princípios adotados no Planejamento do Quadriênio 2004/2007; **A Trajetória do PPA Compartilhado** - antecedentes e encontros regionais; as **Perspectivas de Desenvolvimento do Ceará**, com os tópicos Ceará Hoje e dos Cenários Macroeconômicos, os **Eixos de Articulação e Objetivos Estratégicos**, adotados pelo Plano de Governo; as **Demandas Regionais** e o **Financiamento do Plano**.

Como destaque da trajetória de composição desse PPA, estão o Movimento Ceará Cidadania, a Equipe de Transição e o Encontro de Camocim, como os momentos em que são gestados os grandes objetivos e diretrizes do **Plano de Governo Movimento Ceará Cidadania - Crescimento com Inclusão Social** e do **Plano Plurianual - PPA**, além de propostas de políticas setoriais nas áreas econômica, social, de infra-estrutura e de gestão pública, entre as mais importantes.

É apresentado também o que foi captado nos Encontros Regionais, no interior do Estado, relatado o processo metodológico do trabalho, mostrado os números dos Encontros, sinalizando o grau de participação da sociedade no processo de elaboração do PPA.



1. PREMISSAS DO PLANO



1. PPA

O Plano Plurianual 2004-2007, como Lei Estadual, representa o instrumento de viabilização das ações propostas no **Plano de Governo 2003-2006 - Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social**. É uma proposta para quatro anos, que excede, em um ano a mais, a atual Administração de Governo.

A ênfase na elaboração desse novo PPA recai sobre um tema de construção coletiva, iniciada desde o Ceará Cidadania, tendo sido capital a contribuição desse grupo.

A partir desse contexto, o Governo decidiu pela elaboração de um Plano Plurianual Compartilhado: compartilhado em direitos e compromissos por parte de todos e que inaugurassem estratégias de longo prazo visando a inclusão social e a redução das disparidades regionais.

A decisão governamental representa um marco de inovação na história do Planejamento do Estado do Ceará: a ausculta às populações dos municípios cearenses na defesa de suas prioridades e legítimos interesses.

O Plano rege a definição de um conjunto de Programas prioritários na área social, de investimentos e infra-estrutura, que representam compromissos para a sustentabilidade econômica, social, política e ambiental do Estado.

O financiamento do Plano, a fim de tomar exequíveis tantos e tão variados objetivos, será viabilizado pelo estabelecimento e ampliação de parcerias e negociações entre o Governo do Estado, o setor privado, e outros níveis de Governo (federal, municipal).

O PPA 2004-2007 não se resume a um conjunto de políticas imediatas de curto prazo. Ele introduz, no que pertine a questões mais delicadas, especialmente quanto à promoção da inclusão social e redução das desigualdades, compromissos graduais de médio e longo prazos, que se viabilizarão com a consolidação de bases e estruturas propostas no Plano de Governo 2003-2006 e com a remoção dos obstáculos que se apresentarão ao longo do quadriênio.

O Plano Plurianual 2004-2007 será um dos instrumentos de orientação para a estruturação dos gastos públicos ao longo deste período, por meio

das mudanças nos orçamentos anuais do Estado. Ele estabelece o horizonte para o qual vão se dirigir os orçamentos estaduais. No momento está sendo detalhado e orçado e, com encaminhamento à Assembléia Legislativa no mês de setembro, para votação.

Instrumento de natureza institucional, o Plano Plurianual 2004-2007 integra o novo modelo de planejamento, orçamento e gestão, introduzido pelo Governo Federal e disseminado para os Estados e Municípios, pautado nos seguintes princípios:

- Planejamento de longo prazo, de caráter indicativo, baseado no território, que compreende uma visão estratégica do desenvolvimento, para um horizonte de longo prazo, e a indicação de oportunidades de investimentos públicos e privados, para um médio prazo;



- Plano, orçamento e gestão integrados para dar dinamismo à gestão pública e evitar a consolidação de uma gestão inercial, fazendo a mesma coisa, cada vez mais, ano após ano, e essencialmente voltado para preocupações fiscais e financeiras;

- Programa como unidade de gestão, para a implementação das ações de Governo e de seus parceiros na obtenção de resultados demandados pela sociedade;

- Construção de parcerias internas e externas ao Governo, somando recursos para atingir um nível mais elevado de efetividade da ação pública;

- Programas estratégicos, que atribuem seletividade à implementação do Plano, selecionados em função

da magnitude de seu impacto nas mudanças desejadas;

- Gerenciamento por programas, que tem por objetivo atribuir responsabilidades e orientar os esforços das equipes de execução dos programas;

- Avaliação como procedimento anual, voltada para o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do Plano.

Conforme retromencionado, o PPA 2004-2007 pauta-se pelos Fundamentos do Plano de Governo 2003-2006, que são os seguintes:

- Participação - compreendendo o envolvimento da sociedade na elaboração de planos e programas e na mediação do controle social;

- Cooperação e parceria - base da ação do Governo do Estado para o trabalho interinstitucional, integração regional e indução ao desenvolvimento;

- Transparência - fator de contribuição para a confiança dos governados e para a eficácia da ação governamental;

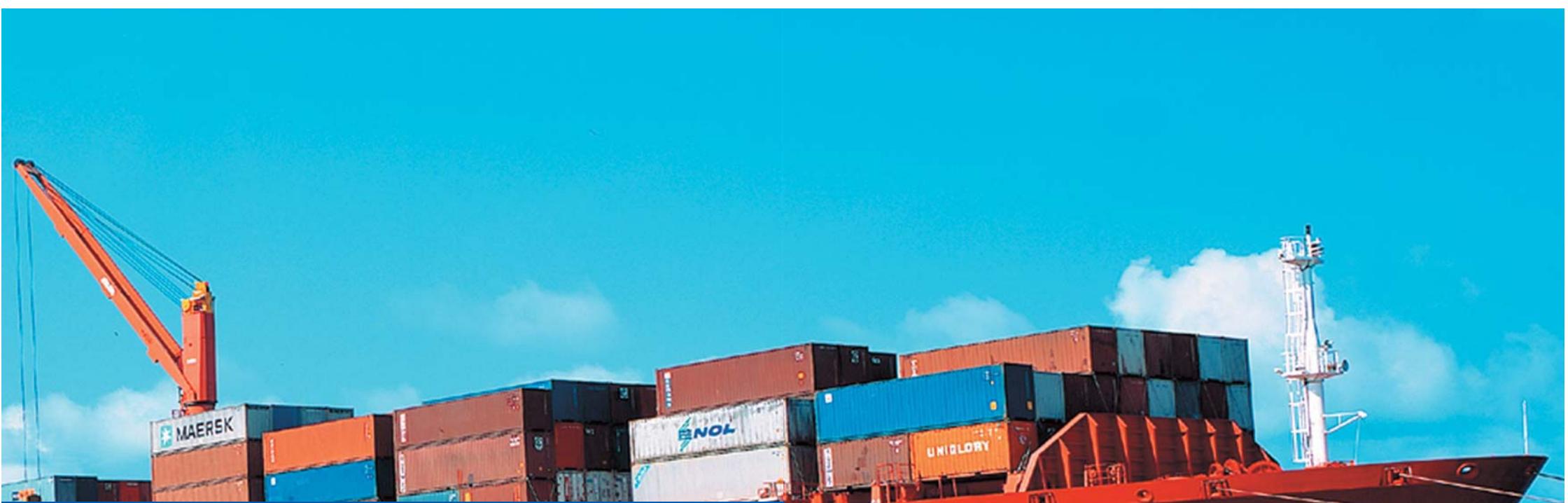
- Racionalidade - imposição de limites ao uso dos recursos públicos;

- Integração com descentralização - a integração envolve as dimensões ambiental, econômica, social, política e de infra-estrutura, superando a perspectiva setorial e criando sinergias. A descentralização implica aproximar as decisões e as ações governamentais dos fatos geradores, garantindo maior resolutividade aos serviços públicos;

- Equidade e inclusão social - a primeira envolve princípios imutáveis de justiça que induzem critérios de moderação e de equidade; a segunda, baseia-se numa estratégia de adoção de políticas redistributivas apoiadas na educação;

- Sustentabilidade - busca a obtenção de resultados permanentes no processo de desenvolvimento, envolvendo as dimensões ambiental, econômica, política e social;

- Cearensidade - trata-se do sentimento de pertencer à comunidade cearense, compreendendo a preservação dos traços históricos e culturais e dos valores que fundamentam e dão identidade ao povo cearense.



2. PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ



2.1. CEARÁ HOJE

2.1.1. A População Cearense

A população do Ceará, em 2000, segundo o Censo do IBGE, totalizou 7.430 mil habitantes, representando cerca de 15,56% da população nordestina e 4,37% da brasileira.

No período de 1991 a 2000, a população cearense cresceu a uma taxa média anual de 1,75%. Esse crescimento foi maior do que o da taxa brasileira (1,64%aa) e da nordestina (1,31%aa).

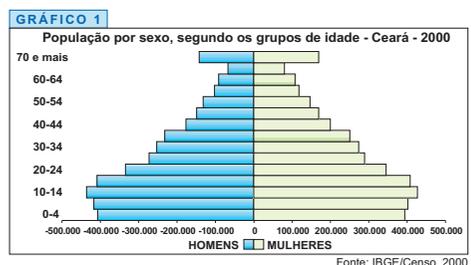
Percebe-se que no período 1991 a 2000, o processo brasileiro de urbanização, configurado pelo volume da população urbana em relação à população total, vem se acentuando. O Brasil atingiu, em 2000, 81,29% de sua população vivendo no meio urbano. No Nordeste, a população rural decresceu de 39,35% para 30,92%, devido ao êxodo para as cidades. Em 1991, 65,37% da população cearense era urbana, passando para 71,53%, em 2000.

A população urbana da região metropolitana de Fortaleza acompanhou a tendência nacional, pois passou de 36,24%, em 1991, para 39,44%, em 2000. O Brasil também registrava, em 2000, 40,06% de população urbana em áreas metropolitanas, contra 29,11% em 1991. No Nordeste, as populações metropolitanas seguem a mesma trajetória, embora evoluam mais lentamente, passando de 18,07%, em 1991, para 26,07%, em 2000.

A expectativa de vida para os cearenses é de 66,4 anos. É uma posição favorável em termos de Nordeste, pois a média da região é menor, 65,8 anos, mas está aquém do padrão brasileiro, que é de 68,6 anos. Quanto ao gênero, pode-se dizer que os homens estão expostos a maiores riscos de vida do que as mulheres, e os dados indicam que a mulher cearense viveu 6,6 anos a mais do que o homem, em 2000.

O aumento da esperança de vida ao nascer do cearense decorre da melhoria dos serviços de saúde em geral, partindo dos programas de saúde infantil e continuando com os cuidados de saúde de adultos e de idosos.

O Gráfico 1 e o Quadro 1 resumem os principais indicadores demográficos do Ceará no período recente.



QUADRO 1
Componentes da população - Ceará, Nordeste e Brasil - 1991-2000

INDICADORES	BRASIL	NORDESTE	CEARÁ
População residente total	146.825.475	42.497.540	6.366.647
1991	169.799.170	47.741.711	7.430.661
2000	1.93	1.83	1.70
Taxa de crescimento da população total	1,64	1,31	1,75
1980-91	110.990.990	25.776.279	4.162.007
1991-2000	137.953.959	39.975.425	5.315.316
População urbana	35.834.485	16.721.261	2.204.640
1991	31.845.211	14.796.296	2.115.343
2000	29,11	19,07	36,24
Percentual da população residindo nas Áreas metropolitanas	40,06	26,07	40,17
1991	75,59	60,65	65,37
2000	81,24	69,07	71,53
Grau de urbanização	66,0	62,7	63,4
1991	68,6	65,8	66,4
2000	...	-1,40	-0,39
Taxa Líquida de Migração (%a.a.)	...	-0,38	-0,23
1986-91
1991-96

Fonte: IBGE/Censo 2000

2.1.2. Qualidade de Vida da População

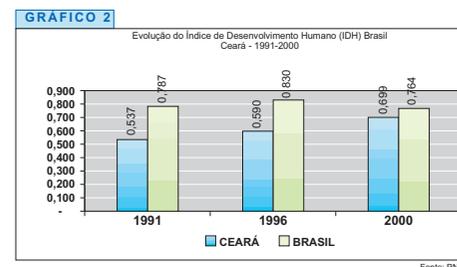
Um dos indicadores de qualidade de vida da população mais utilizados atualmente é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Quanto mais próximo de 1 (um), melhor o IDH. Ele expressa sinteticamente as condições de vida da população, por meio de três indicadores básicos: a) a renda, medida pelo PIB *per capita*; b) o grau de conhecimento, expresso pela combinação da taxa de alfabetização de adultos e a matrícula nos três níveis de ensino; e c) a longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer, indicativo do usufruto dos benefícios do saber e dos recursos materiais, por anos de vida.

TABELA 1
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil - Ceará - 1980-2000

ESTADOS/PAIS	1980	1991	1996	2000
Ceará	0,477	0,537	0,590	0,699
Brasil	0,734	0,787	0,830	0,764

Fonte: PNUD, IPEA, FJP e IBGE

Entre os estados da federação brasileira, o Ceará foi o que obteve o maior ganho no Índice de Desenvolvimento Humano, passando da 23ª posição, em 1991, para o 19º lugar, em 2000, registrando um índice de 0,699. Este resultado demonstra os avanços conseguidos na saúde e educação, com reflexos positivos na qualidade de vida da população. (Gráfico 2).

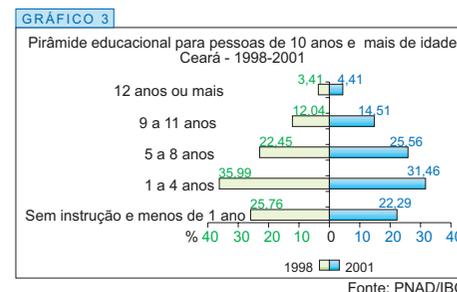


A melhoria dos indicadores socioeconômicos do Estado sugere que os serviços ofertados nas áreas de saúde e educação, além do emprego e renda, tiveram êxito na promoção de ganhos na qualidade de vida da população.

Educação

A melhoria significativa observada nos indicadores de desempenho (taxa de aprovação, taxa de abandono e taxa de repetência) do ensino fundamental e médio, no período de 1998 a 2001, ainda não é considerada suficiente para reverter o baixo nível de instrução da população do Estado, permanecendo os índices aquém dos registrados nos principais Estados da federação.

A pirâmide educacional do Ceará reflete o esforço desenvolvido pelo Estado, no direcionamento de sua política educacional com vistas à redução do analfabetismo, criando condições para que a população aumente o tempo de permanência na escola, conforme pode ser constatado no Gráfico 3.

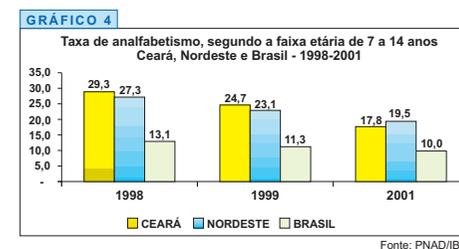


O segmento que inclui as pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo, caiu de 25,76%

para 22,29%, no período de 1998/2001, tendo o de 12 anos e mais, por sua vez, aumentado de 3,41%, em 1998, para 4,41%, em 2001. No nível escolar de 1 a 4 anos de estudo, correspondente às séries iniciais do Primeiro Grau, a taxa passou de 35,99%, em 1998, para 31,46%, em 2001. Da mesma forma, a participação do grupo sem instrução e com menos de um ano de estudo caiu de 25,76%, em 1998, para 22,29%, em 2001. Esse movimento de redução dos grupos com menor grau de instrução e aumento dos estratos de maior tempo de estudo revela, de forma inequívoca, os avanços registrados na educação estadual.

A universalização da educação de Primeiro Grau e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis são considerados fatores imprescindíveis para o desenvolvimento estadual. A cobertura escolar para o ensino fundamental, em 2001, foi de 95,80%, superior à média regional, que foi de 95,20%, no mesmo período.

Com relação ao analfabetismo dos adultos, observou-se tendência também de queda, passando de 29,6%, em 1998, para 24,8%, em 2001. Apesar dessa tendência positiva, esse fenômeno ainda é um grande desafio para o Estado, principalmente no meio rural, onde, apesar da redução do analfabetismo, o índice ainda é bastante elevado, com reflexos negativos nos programas de modernização da agricultura. A taxa de analfabetismo de crianças e jovens na faixa de 7 a 14 anos, entre 1998 e 2001, caiu de 29,3% para 17,8%, respectivamente, no Ceará. (Gráfico 4).



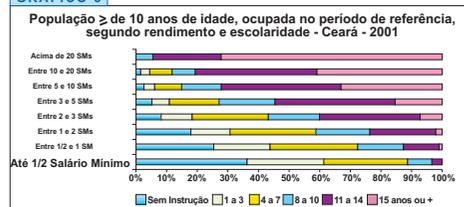
Quando se relaciona o nível de escolaridade com o nível de renda da população, observa-se que aqueles que adquiriram um maior nível de estudo são aqueles que auferem um maior nível de renda, significando que o nível de renda tem uma relação direta com o nível de escolaridade. O inverso ocorre com os níveis de escolaridade mais baixos. Confirmando essa afirmativa, dados da PNAD/IBGE de 2001 indicam que a parcela da população ocupada que percebe até meio salário mínimo e entre meio e um salário mínimo está situada nas faixas dos





sem instrução e de 1 a 3 anos de estudos (considerado analfabetismo funcional). Por outro lado, o segmento da população que se encontra na faixa acima de 20 salários mínimos de rendimento tem um percentual com nível de escolaridade maior (15 anos de estudos). (Gráfico 5).

GRÁFICO 5



Fonte: PNAD/IBGE

Saúde

O setor da saúde no Ceará está estruturado sobre as diretrizes organizacionais do Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase na regionalização, em que as ações e serviços estão organizados em micro e macrorregiões, envolvendo as atenções primária, secundária e terciária.

As políticas públicas com as ações básicas de saúde, como a imunização, o aleitamento materno, o controle das doenças diarreicas e das infecções respiratórias agudas têm alcançado avanços significativos na redução da mortalidade infantil e no controle das doenças imunopreveníveis. O domínio sobre essas doenças contribuiu para erradicar a poliomielite e reduzir drasticamente a difteria, bem como a coqueluche, o tétano e o sarampo. Foi fundamental para isso a utilização do Programa Saúde da Família, que contou, em 2000, com 915 equipes de profissionais de saúde, cobrindo 180 municípios.

No campo da prevenção, os serviços públicos básicos (abastecimento d'água, coleta de lixo e iluminação elétrica) ofertados pela Região Metropolitana de Fortaleza no período 1998/2001 apresentaram crescimentos relevantes, merecendo maior destaque a energia elétrica, com uma taxa de cobertura de 98,55% sobre os domicílios. O abastecimento d'água passou a abranger 83,07% dos domicílios. A coleta de lixo, por sua vez,

atingiu uma taxa de cobertura de 91,06%. (Tabela 2).

TABELA 2
Distribuição dos domicílios particulares permanentes, segundo algumas características - (RMF) - 1998/2001

CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO	DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES					
	1998		1999		2001	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Total	652.806	-	676.396	-	771.637	-
Com abastecimento de água adequado	526.058	80,58	566.549	83,76	640.994	83,07
Com coleta de lixo adequada	592.114	90,7	618.326	91,41	702.641	91,06
Com iluminação elétrica	640.423	98,1	668.859	98,89	760.483	98,55

Fonte: IBGE/PNAD

Trabalho e Renda

A população em idade ativa-PIA (acima de 10 anos) no Ceará passou de 5.243.327 pessoas, em 1997, para 5.934.807, em 2001, com predominância do gênero feminino e concentração no meio urbano. A população economicamente ativa-PEA (acima de 10 anos, ocupada ou desempregada procurando emprego), ao contrário, mostra nesses anos uma maior participação masculina. A taxa de atividade demonstra que o homem tem tido maiores oportunidades no mercado de trabalho do que a mulher. Em 1997, a PEA masculina estava 74,60% ativa, enquanto que a feminina apenas 48,86%. No ano 2001, esta taxa decresceu para os homens, mas manteve as mulheres em torno do mesmo percentual de 1997. Quanto à taxa de ocupação, houve uma redução no número de homens, passando de 70,61%, em 1997, para 68,17%, em 2001. Essa taxa para as mulheres, nos dois anos considerados, praticamente não se alterou, ficando em torno de 45%, configurando-se, relativamente, uma maior participação feminina nesse período.

TABELA 3
Indicadores do mercado de trabalho - Ceará - 1997/2001

INDICADORES	1997			2001		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Condição da ocupação						
PIA	5.243.327	2.486.049	2.757.278	5.934.807	2.812.397	3.122.410
Urbana	3.565.230	1.627.289	1.937.941	4.472.577	2.082.990	2.389.587
Rural	1.678.097	858.760	819.337	1.462.230	729.407	732.823
PEA	3.201.735	1.854.571	1.347.164	3.579.523	2.044.261	1.535.262
Urbana	2.028.575	1.145.931	882.644	2.593.538	1.456.341	1.137.297
Rural	1.173.160	708.640	464.520	985.985	587.920	397.965
PNEA (*)	2.037.805	629.849	1.407.956	2.355.284	768.136	1.587.148
Urbana	1.533.174	479.729	1.053.445	1.878.939	626.649	1.252.290
Rural	504.431	150.120	354.311	476.345	141.487	334.858
PO (**)	3.005.209	1.755.344	1.249.865	3.325.994	1.917.346	1.408.648
Urbana	1.846.984	1.050.059	796.925	2.352.362	1.335.733	1.016.629
Rural	1.158.225	705.285	452.940	973.632	581.613	392.019
Pessoas desocupadas	196.526	99.227	97.299	253.529	126.915	126.614
Urbana	181.591	95.872	85.719	241.276	120.608	120.668
Rural	14.935	3.355	11.580	12.253	6.307	5.946
Taxas (%)						
Taxa de atividade	61,06	74,60	48,86	60,31	72,69	49,17
Taxa de ocupação	57,31	70,61	45,33	56,04	68,17	45,11
Taxa de desocupação	6,14	5,35	7,22	7,08	6,21	8,25
Ocupados / PEA	93,86	94,65	92,78	92,92	93,79	91,75

Fonte: IBGE/PNAD - 1997-2001; (1) Exclui-se os sem declaração.
(*) Pessoas não economicamente ativas, na semana de referência, as pessoas que não foram classificadas como ocupadas.

(**) Pessoas classificadas como ocupadas na semana de referência, que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Inclui-se ainda, como ocupadas, as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greves etc.

De acordo com a Tabela 4, no período 1997-2001, os indicadores de rendimento para o Ceará mostraram crescimento da proporção de todas as classes de remuneração até dois salários mínimos, ao mesmo tempo em que, para todas as classes acima desse

limite, essa proporção de pessoas caiu. Tanto o número de homens como o de mulheres diminuíram nas faixas de renda acima de dois salários mínimos.

Esse movimento sugere uma redução na renda média do trabalhador cearense no período considerado, reflexo das dificuldades enfrentadas em 2001. A propósito, vale recordar que no referido ano o PIB estadual registrou uma queda de 1,6%, influenciada pelas reduções verificadas na agropecuária (-16,9%) e na indústria (-6,9%). Além do mais, 2001 foi marcado por problemas locais (severa estiagem), nacionais (racionamento de energia elétrica, deterioração da taxa de câmbio e elevação dos juros internos) e internacionais (desaceleração da economia americana, atentados terroristas de 11 de setembro e crise da Argentina). Esses problemas acabaram também por refletir-se negativamente sobre o mercado de trabalho e sobre o nível médio de remuneração estadual.

TABELA 4
Indicadores de rendimento - Ceará - 1997/2001

INDICADORES	1997 (%)			2001 (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Classes de rendimento						
Total	100,00	58,41	41,59	100,00	57,65	42,35
Até 1/2 salário	16,76	8,26	8,50	21,03	10,41	10,63
Mais de 1/2 a 1 salário	21,66	12,88	8,78	24,14	14,50	9,64
Mais de 1 a 2 salários	17,48	11,94	5,54	19,54	13,05	6,49
Mais de 2 a 3 salários	7,73	5,59	2,14	5,94	4,17	1,77
Mais de 3 a 5 salários	6,65	4,65	2,00	4,57	3,22	1,35
Mais de 5 a 10 salários	4,01	2,83	1,18	2,94	1,94	1,00
Mais de 10 a 20 salários	1,85	1,21	0,64	1,51	1,11	0,41
Mais de 20 salários	0,90	0,71	0,19	0,59	0,46	0,14
Sem rendimento	22,54	10,02	12,51	18,70	7,94	10,76
Sem declaração	0,42	0,31	0,11	1,03	0,85	0,18

Fonte: IBGE/PNAD - 1997-2001; (1) Exclui-se os sem declaração.

Com relação à posição na ocupação no trabalho principal, observou-se que, de 1997 para 2001, houve um discreto aumento dos empregadores homens (Tabela 5), e uma redução no número de mulheres. O emprego doméstico cresceu para as mulheres, e continua sendo predominantemente um espaço de trabalho feminino. A ocupação por conta própria tem sido uma alternativa para o sexo masculino. O setor agrícola reduziu sua posição de absorvedor de mão-de-obra para o setor de serviços, no período de 1997 a 2001, tornando-se esse o ramo de atividade mais expressivo em termos de pessoas ocupadas. A indústria ampliou significativamente o número de trabalhadores entre 1997- 2001, de 15,24% para 18,34%. (Tabela 5).

TABELA 5
Indicadores de ocupação e atividade - Ceará - 1997/2001

INDICADORES	1997 (%)			2001 (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Posição na ocupação no trabalho principal (1)						
Total	100,00	58,41	41,59	100,00	57,64	42,36
Empregados	38,31	24,81	13,50	42,73	28,02	14,71
Trabalhadores domésticos	6,67	0,70	5,97	7,35	0,71	6,64
Conta própria	29,45	20,28	9,14	28,95	18,93	10,02
Empregadores	3,12	2,48	0,64	3,07	2,50	0,57
Não remunerados	13,18	8,58	4,60	10,91	5,74	5,17
Trabalho para uso e consumo próprio	9,30	1,56	7,74	6,99	1,74	5,25
Ramos de atividade						
Total	100,00	58,41	41,59	100,00	57,65	42,35
Agricultura	36,83	25,68	11,15	30,22	21,09	9,13
Indústria	15,24	11,12	4,12	18,34	12,25	6,09
Comércio	14,38	8,67	5,71	14,62	8,62	6,00
Serviços	32,40	12,15	20,25	35,70	14,83	20,87
Outros	1,15	0,79	0,38	1,11	0,85	0,26

Fonte: IBGE/PNAD - 1997-2001; (1) Exclui-se os sem declaração.

2.1.3. Evolução do Perfil Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador importante para se mensurar e compreender o crescimento econômico de um país ou região, pois sintetiza a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um território, geralmente num período de um ano. Inicialmente, seria oportuna uma comparação do PIB do Ceará com os PIBs do Brasil e do Nordeste.

Essa comparação pode ser feita a partir do desdobramento do período 1985-2002, em dois subperíodos, 1985-2000 e 2001-2002, tendo em vista que as informações mais completas, disponíveis para as três instâncias (Ceará, Nordeste e Brasil), referem-se ao período 1985-2000. No período seguinte, 2001-2002, as informações encontram-se em versão preliminar e destacam apenas o Ceará e o Brasil.

Ao longo da série 1985-2000, o PIB do Ceará vem crescendo acima da média nacional e regional. Nesse período, a economia cearense acumulou uma taxa positiva de 68,42%, o Nordeste, 46,61%, e o Brasil, 46,52%. Quanto ao crescimento médio anual, o Ceará alcançou a marca de 3,54%, enquanto o Brasil, e o Nordeste, 2,58%. (Tabela 6).

Em 2002, o PIB estadual a preço de mercado, ou seja, computados os impostos e os subsídios, alcançou R\$ 24,8 bilhões, representando um crescimento real de 1,91% sobre o ano anterior. O produto médio por habitante, no Ceará, atingiu R\$ 3.246, correspondendo a 42,90% da média brasileira.

TABELA 6
Índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará, Nordeste e Brasil - 1985-2002

ANO	Ceará	Nordeste	Brasil	CE/NE	CE/BR
1985	100,00	100,00	100,00	12,21	1,72
1990	120,71	113,79	111,01	12,59	1,62
1995	144,78	127,16	127,36	15,13	1,93
2000	168,42	146,61	146,52	14,45	1,89
2001	165,74	-	148,57	-	1,86
2002	168,91	-	150,80	-	1,88

Fonte: IBGE e IPECE

Ao longo do período de 1985 a 2001, a estrutura da economia cearense sofreu uma relativa transformação. A principal constatação foi a perda de posição do setor agropecuário, tanto no que diz respeito à sua contribuição para a formação de riqueza estadual (PIB), como nos empregos gerados. De principal empregador, em 1985, com 46,0%, o setor primário passou para 30,8%, em 2001.

No mesmo período, sua contribuição para o PIB caiu de 15,3%, para 5,2%, ver Tabela 7.

Houve também uma alteração significativa na participação do setor de serviços, que detinha 50,7% do produto, em 1985, passando para 57,8%, em

2001, ocorrendo uma alteração mais acentuada no mercado de trabalho, quando o setor respondia por 37,6% dos empregos, em 1985, evoluindo para 51,0%, em 2001.

O setor industrial também apresentou alterações, embora menores do que os outros dois setores, no que diz respeito à estrutura da produção e do emprego.

Convém esclarecer, a propósito, que a atual estrutura setorial da economia cearense é muito semelhante à estrutura da economia brasileira. Isto reflete a capacidade de adaptação e modernização da economia cearense, bem como dos efeitos da globalização.

TABELA 7
Estrutura Setorial do Produto e do Emprego CEARÁ - 1985, 1995 e 2001

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total em %
a) PIB				
1985	15,3	34,0	50,7	100,00
1995	9,7	34,5	55,8	100,00
2001	5,2	37,0	57,8	100,00
b) Emprego				
1985	46,0	16,4	37,6	100,00
1995	39,1	15,5	45,4	100,00
2001	30,8	18,2	51,0	100,00

Fonte: IBGE/PNAD e IPECE

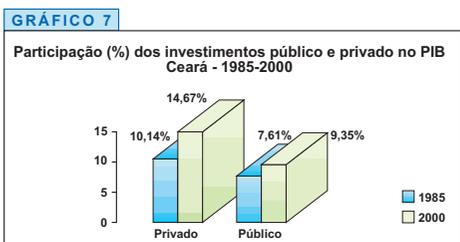
A evolução favorável da economia cearense, no médio prazo, foi determinada, em grande medida, pela grande expansão ocorrida nos investimentos realizados. De 1985 a 2000, a formação bruta de capital fixo do Estado experimentou um crescimento de acumulado de 127,98%, correspondendo a uma taxa geométrica anual da ordem de 5,65%. Um outro indicador de desempenho é a proporção que o investimento representa em relação ao PIB estadual. Assim, em 1985, essa relação era de 17,74%, evoluindo para 24,02%, em 2000.

As estimativas revelam, ainda, um avanço dos investimentos privados em relação ao público, conforme pode ser visto na Tabela 8 e Gráfico 7. O resultado reflete, ainda, a mudança das fontes de financiamento e do paradigma de crescimento econômico, baseado anteriormente numa forte intervenção do Governo, o qual, progressivamente, teve seu papel reduzido em anos recentes. Ao longo do período 1985/2000, os investimentos realizados pelo setor público apresentaram um crescimento acumulado de 106,92%, enquanto os do setor privado expandiram-se em 143,79%. Esta mudança no desempenho do investimento privado reflete também os resultados da política de atração de empreendimentos, especialmente industriais, praticada nos últimos anos pelo Governo Estadual.

TABELA 8
Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) Ceará - 1985 - 2000

Anos	FBKF/PIB, em %			Nº Índice da FBKF (1985 = 100)		
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
1985	7,61	10,14	17,74	100,00	100,00	100,00
1990	16,35	11,88	28,23	259,48	141,44	192,05
1995	5,76	10,50	16,26	109,57	149,95	132,64
2000	9,35	14,67	24,02	206,92	243,79	227,97

Fonte: IPECE - Estimativa do PIB do Ceará sob a Ótica da Demanda Final - 1985/2000



Fonte: IPECE

Vale salientar que a economia do Ceará, no período 1985-2002, foi basicamente sustentada pela indústria e pelos serviços, que cresceram, em média, respectivamente, 4,06% e 2,98% ao ano, em detrimento do desempenho da agropecuária, que registrou uma taxa negativa de 0,55%.

Com relação à indústria, destacaram-se a de transformação e da construção civil, que respondiam, em 2000, por 17,3% e 16,67% do PIB Estadual. A indústria de transformação acumulou, no período 1985-2002, uma expansão de 73,15%, correspondendo a uma taxa média de 3,28% ao ano. Esse desempenho deve-se, em grande medida, à expansão do parque industrial cearense, resultante dos esforços do Governo estadual na atração de novos investimentos.

Por sua vez, a construção civil registrou um crescimento acumulado de 224,05% (1985-2002), com uma taxa média de 7,16% ao ano. Apesar desse desempenho, o segmento vem, desde 1994, mostrando sinais de desaquecimento. Esse comportamento deve-se, em parte, à desaceleração da construção de grandes obras públicas, associada à elevação das taxas de juros, à redução da renda média dos assalariados e à menor disponibilidade de recursos para financiar a aquisição de imóveis pela população.

Os serviços acumularam uma taxa de 64,80%, no período de 1985 a 2002, gerando uma média anual de 2,98%. O segmento ampliou sua participação no PIB Estadual, de 50,67%, em 1985, para 55,86%, em 2000. Os serviços tiveram seu desempenho influenciado pelo dinamismo do comércio, comunicação, turismo, transportes e atividades imobiliárias e aluguéis.

Quanto à agropecuária, que detém cerca de 30% da PEA (População Economicamente Ativa) ocupada, sua participação no PIB estadual caiu de 15,32%, em 1985, para 6,08%, em 2000. No entanto, nos últimos anos, esse quadro vem sendo amenizado pela maturação dos investimentos em infra-estrutura de ofertas hídricas, com a incorporação de novas



tecnologias em cultivos tradicionais, e com a ampliação da agricultura irrigada de elevado valor agregado.

A economia do Ceará, em 2001, não conseguiu repetir o desempenho que vinha apresentando em anos recentes e sofreu uma redução na taxa de variação do PIB de 1,59%. Esse resultado reflete os declínios verificados na agropecuária (-16,87%) e na indústria (-6,93%). A queda dos indicadores econômicos, em 2001, só não foi mais acentuada graças ao desempenho do setor serviços, que cresceu 2,13%.

Em 2002, a economia cearense apresentou uma ligeira recuperação, acusando um crescimento de 1,91% sobre o ano anterior. Esta expansão foi comandada pelo bom desempenho da agropecuária, que registrou um aumento de 25,69%, em decorrência da quadra invernal regular que provocou um elevado incremento das lavouras e um aumento de sua produtividade, bem como pelo setor de serviços, com uma taxa positiva de 1,79%. A indústria, por seu turno, continuou enfrentando dificuldades pelo segundo ano consecutivo e impediu a obtenção de um melhor desempenho da economia cearense. De acordo com estimativas, calcula-se que a indústria cearense tenha apresentado uma leve redução (0,63%) em 2002, resultado que se deveu exclusivamente à forte retração observada no primeiro trimestre do ano passado (- 5,60%).

2.1.4. Comércio Nacional e Internacional

O Ceará tem sua economia mais voltada para o mercado interno nacional, o que representa cerca de 89%, enquanto os 11% restantes correspondem ao comércio externo. Essas características do Estado

refletem a forma como o governo federal tem conduzido sua política econômica, que, na prática, incentivou o desenvolvimento das regiões Sul e Sudeste, e especializou as regiões mais fragilizadas como fornecedoras internas de insumos para garantir a industrialização naquelas regiões.

A inserção do Ceará no comércio internacional, no início dos anos noventa, provocou um aumento significativo no grau de abertura comercial (exportações + importações/PIB) passando de 8,57%, em 1985, para 14,42%, em 2002. Tal evolução é resultado de uma ativa política de atração de investimentos, que acelerou a industrialização e diversificou a pauta de exportação.

As exportações cearenses para o resto do mundo cresceram 132,64%, no período 1990-2002, alcançando um total de US\$ 543,90 milhões no último ano da série. Em consequência desses resultados, o Ceará passou a ocupar a terceira colocação entre os estados nordestinos exportadores e a décima quarta posição entre os 27 estados brasileiros.

Vale ressaltar que a composição das exportações



cearenses está passando por um processo de redefinição, salientando-se a redução do peso de produtos primários ou básicos no valor total exportado, e uma ampliação da participação de produtos industrializados (semi-manufaturados e manufaturados) ou seja, aqueles com maior valor agregado. Nesse contexto, a partir de 2001, as exportações de calçados superaram às de amêndoa de castanha de caju, que há mais de dez anos lideravam a pauta das exportações estaduais, passando o Ceará a constituir-se no terceiro pólo calçadista do País e no primeiro da região Nordeste.

No que se refere aos mercados de destino, um caso emblemático é a crise argentina que mostra os riscos de se apoiar em poucos mercados. O quadro do comércio exterior atual revela que ainda existe uma significativa dependência do Ceará em relação ao mercado norte-americano, pois os Estados Unidos, em anos consecutivos, absorve cerca de 47% do total das exportações cearenses.

As importações cearenses, em 2002, por seu turno, alcançaram um valor de US\$ 631,20 milhões ou 1,24% a mais que 2001. O inusitado de 2002 diz respeito às importações de geradores de energia elétrica, devido à crise energética do país, chegando a superar o valor das importações de petróleo e seus derivados, cujo volume importado caiu 36,10%. Esses eventos foram responsáveis por um déficit na balança comercial de US\$ 87,30 milhões, porém menor que a registrada em 2001, de US\$ 96,44 milhões.

2.2. CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

2.2.1. Aspectos Metodológicos

As estimativas de crescimento do PIB cearense e de outras variáveis relevantes, para o período de 2004 a 2007, foram realizadas a partir de três cenários

macroeconômicos alternativos, utilizando-se o Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto, desenvolvido pela Universidade de Illinois (USA), Universidade de São Paulo (USP), contando também com a colaboração de técnicos do Governo do Estado.

Para a montagem dos cenários, foram selecionadas 17 atividades das mais representativas da economia estadual, sendo duas da agropecuária (lavouras e pecuária), dez da indústria (minerais não metálicos, metalurgia, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, produtos alimentares, mecânica, material elétrico e de comunicação, química, construção civil e energia elétrica e gás) e cinco do setor de serviços (comércio, alojamento e alimentação, transporte, comunicação e administração pública), que, conjuntamente, respondem por 76% do PIB cearense.

A escolha das referidas atividades deveu-se não apenas ao seu peso relativo na formação da renda estadual, mas também ao elevado potencial estratégico que lhes foi atribuído pela política estadual de desenvolvimento, a exemplo dos subsetores: i) agropecuário, incorporando as estratégias de agricultura irrigada e carcinicultura; ii) metalúrgico; iii) químico; iv) têxtil; v) calçados, principal item da pauta de exportação cearense; e vi) turismo.

As hipóteses de evolução de cada um dos 17 subsetores, ao longo do período 2004/2007, levou em consideração um elenco de informações qualitativas e quantitativas levantadas junto à Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, mediante entrevistas realizadas com dirigentes de sindicatos das principais indústrias da referida Federação, informações qualitativas sobre o andamento de projetos específicos do Estado, prestadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e por fim o acompanhamento e projeções de setores selecionados dentro das contas regionais do Estado, levantadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O modelo econométrico utilizado trabalha com um aparato de consistência macroeconômica nacional, permitindo assim que seus resultados sejam aderentes às tendências da economia brasileira e seu horizonte de previsão de impacto vai até o ano de 2011.

No presente ensaio, a variável escolhida para alimentar o modelo foi a renda (PIB), projetando-se crescimentos individuais para as 17 atividades selecionadas, dentro de cada um dos três cenários idealizados. Em seguida, o modelo foi alimentado com essas informações, gerando para os anos do período analisado as taxas de crescimento da economia estadual, a decomposição do produto em consumo,

investimento, exportações e importações, os empregos diretos e indiretos a serem criados, além da regionalização do produto e do emprego segundo as oito macrorregiões de planejamento do Estado.

2.2.2. Resultados

A Tabela 1, a seguir, apresenta as taxas de crescimento do PIB cearense, para os três cenários (A, B e C) idealizados. Vale lembrar que, no início de 2003, foram realizadas pelo IPECE projeções de crescimento para a economia estadual, para fundamentar o Plano de Governo do Estado.

Naquele trabalho anterior de cenarização, que tomou como base a taxa média de crescimento consolidada do período de 1985 a 2000, ajustada pelo desvio padrão da amostra, os resultados então encontrados são convergentes com os atuais do modelo econométrico.

TABELA 1

Cenários Macroeconômicos Projetados para o Período 2004 a 2007 Taxas de Crescimento do PIB, em %

Anos	Cenário A	Cenário B	Cenário C
2004	2,39	3,65	4,70
2005	2,37	3,62	4,66
2006	2,35	3,59	4,62
2007	2,34	3,56	4,58
Tx.geométrica anual	2,36	3,61	4,64

Fonte: ISEPLAN-CPLOR - Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto

Para subsidiar a elaboração do PPA, no que diz respeito às projeções de receitas tributárias e as transferências correntes e outras receitas de capital, foi escolhida, para 2004, a média geométrica anual de crescimento do PIB cearense do cenário "B" (3,61%), tendo em vista as evoluções dos cenários econômicos locais, nacionais e internacionais.

De 2005 a 2007, foi feita a opção pela média geométrica do cenário "C" (4,64%), admitindo-se uma melhora no ambiente econômico local e externo, que possibilitará a evolução do PIB estadual dentro da hipótese de cenário otimista. Do ponto de vista estadual, projeta-se um maior impacto dos investimentos em infra-estrutura realizados recentemente pelo Governo do Estado, uma economia interna fortalecida pela maior transferência de recursos federais para a população mais pobre, um maior dinamismo do setor exportador e um aumento da capacidade de investimento do Tesouro estadual. Além disso, deve-se considerar a possibilidade de implantação de projetos importantes, como a siderúrgica e a refinaria. Do lado externo, projeta-se uma acentuada melhoria da economia nacional, dentro de um cenário de estabilidade macroeconômica que possibilitará a prática de juros menores e maior crescimento doméstico, bem como uma gradual recuperação da

economia internacional, puxada pela reanimação das economias americana e européia.

Os resultados estão expressos na Tabela 2, que além das taxas de crescimento da economia estadual, traz também uma estimativa do valor do PIB e do produto por habitante, em reais constantes de 2002.

TABELA 2

Projeções Macroeconômicas para o Período 2004 a 2007 Ceará - CENÁRIO ESCOLHIDO

Anos	Taxa de Crescimento do PIB (%)	Valor do PIB R\$ Milhões de 2002	PIB per capita R\$ 1, de 2002	População Estimada (IBGE)
2004	3,61	26.238	3.321	7.901.076
2005	4,64	27.456	3.416	8.038.379
2006	4,64	28.730	5.513	8.177.096
2007	4,64	30.063	3.615	8.316.518

Fonte: SEPLAN-CPLOR - Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto

No cenário escolhido, o valor de toda riqueza gerada pela economia cearense alcançará R\$ 26,2 bilhões em 2004, devendo atingir R\$ 30,1 bilhões em 2007. Por outro lado, a renda per capita passará de R\$ 3.321, em 2004, para R\$ 3.615, em 2007. Em relação a 2004, o PIB deverá acumular um crescimento de 18,7%, e a renda per capita, de 10,86%.

Em termos setoriais, o maior crescimento da economia cearense, no período considerado, deverá ser registrado na agropecuária, denotando a coerência pelo esforço do governo de reativar a economia rural e reduzir a vulnerabilidade do setor às oscilações climáticas do semi-árido, com destaque para a estratégia governamental de aumentar a oferta d'água e de proteção da base produtiva de bovinos, ovinos, caprinos, algodão, caju, qualificação da agricultura irrigada e a intensificação do apoio à agricultura familiar, como elementos de importância do setor.

O setor industrial do Estado enfrentou algumas dificuldades em períodos recentes, com taxas negativas em 2001 e 2002, como resultado do racionamento de energia elétrica no país, dos juros elevados, da recessão instalada na construção civil e da crise econômica internacional. Todavia, há uma possibilidade de recuperação para os próximos anos, tendo em vista a reorientação da política de atração de investimentos, a instalação de termelétricas, a boa performance do setor exportador e a possibilidade da vinda do refino de petróleo e da siderúrgica.

O setor de serviços deverá apresentar um comportamento dentro da sua média histórica de crescimento, impulsionado pelos resultados dos setores agropecuário e industrial. Dentro do setor, destacam-se o desempenho favorável que deverá ser apresentado pelo turismo, uma das grandes vocações econômicas do Estado, a evolução positiva dos subsetores de transporte e comunicação e do comércio.



2.2.2.1. Projeções do PIB sob a ótica da demanda final

Uma outra análise importante de projeções macroeconômicas é a desagregação do PIB, sob a ótica da demanda final, constituído pelo consumo, investimento, exportações e importações. A Tabela 3, que apresenta esses componentes para o período sob comentário, mostra que o consumo é o principal item, respondendo em média por 93,7% do PIB estadual.



Para promover o crescimento da economia cearense, o investimento total deverá alcançar um valor médio anual da ordem de R\$ 6,0 bilhões no período considerado, algo em torno de 21,2% do PIB. Deste total, o investimento privado deverá contribuir, em média, com 61,5%, cabendo a parcela restante (38,5%) ao investimento do governo (União, Estado e municípios). Dentro da parcela pública, o investimento do Governo Estadual deverá responder por cerca de 58,2% dessa rubrica, de acordo com as projeções orçamentárias, o que mostra a sua importância como fonte de crescimento da economia cearense nos próximos anos.

As vendas externas totais, formadas pelas exportações internacionais e para o resto do país, deverão responder por cerca de um terço do PIB estadual, no período considerado. As vendas de bens e serviços para os outros países ainda representam uma parcela pequena (em torno de 10%) do total do comércio estadual, embora haja perspectivas concretas de um forte crescimento, notadamente de produtos manufaturados, lideradas pelas exportações de calçados.

TABELA 3
CEARÁ - Projeção Macroeconômica para o Período 2004/2007

Variáveis	2004	2005	2006	2007
PIB TOTAL (*)	26.238.000	27.456.000	28.730.000	30.063.000
Consumo Privado	19.757.214	20.674.368	21.633.690	22.637.439
Consumo do Governo	4.819.921	5.043.667	5.277.701	5.522.573
Consumo Total	24.577.135	25.718.035	26.911.391	28.160.012
Investimento Privado	3.424.059	3.583.008	3.749.265	3.923.222
Investimento do Governo	2.141.021	2.240.410	2.344.368	2.453.141
Investimento Total	5.565.080	5.823.418	6.093.633	6.376.362
Exportações (**)	8.844.630	9.259.418	9.684.893	10.134.237
Importações (**)	-12.749.044	-13.340.870	-13.959.907	-14.607.612
Emprego Total (direto + indireto)	157.651	204.421	204.438	204.449
Emprego Direto	71.600	93.024	93.031	93.037
Emprego Indireto	86.051	111.397	111.407	111.412

Fonte: SEPLAN/CPLOR - Modelo Ecométrico Regional de Insumo-Produto
(*) Valores em R\$ mil de 2002
(**) Exportações e importações para o exterior e resto do país.
Obs.: Os itens que compõem o PIB foram projetados tomando-se a participação média do período de 1985 a 2000, do trabalho. Estimativa do PIB do Ceará sob a ótica da demanda final - 1985 a 2000, do IPLANICE.
PIB = Consumo + Investimento + Exportações - Importações.

Por outro lado, as importações do exterior e do resto do país deverão alcançar, em média, 48,6% do PIB estadual. Esse fato mostra que a produção local é largamente insuficiente para atender às necessidades do Estado, revelando ainda a existência de grandes lacunas na cadeia produtiva que poderiam ser preenchidas, como oportunidade de novos empreendimentos ou como estratégia de atração de investimentos. A exemplo das exportações, as importações do exterior também deverão representar uma parcela menor (cerca de 11%) do total. A maior fatia (89%) deverá advir das compras realizadas junto aos outros estados do país.

Essas informações sobre o comércio sugerem um resultado importante para o Estado, dentro da perspectiva de uma reforma tributária em curso. Assim, considerando apenas o comércio interestadual, as importações deverão alcançar um valor médio anual da ordem de R\$ 12,1 bilhões, no período considerado, devendo as exportações atingirem algo em torno de R\$ 8,5 bilhões. Assim, se for aprovado na reforma tributária que o imposto que vai substituir o ICMS será cobrado no destino, o Ceará será bastante beneficiado, uma vez que as importações oriundas de outros estados do país deverão superar em cerca de R\$ 3,6 bilhões as suas exportações.

De outra parte, se a economia cearense apresentar o crescimento que está sendo projetado no cenário escolhido, deverão ser criados, em média, 193 mil empregos anuais no período considerado, sendo 88 mil empregos diretos e 105 mil indiretos.

2.2.2.2. Regionalização para o PIB e emprego

O modelo econométrico utilizado para a elaboração dos cenários macroeconômicos também possibilitou a espacialização dos resultados, segundo as oito macrorregiões de planejamento do Estado¹.

Os resultados encontrados indicam que a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) deverá ser

responsável, em média, por cerca de 62,5% de toda riqueza produzida no Estado, no período considerado. O segundo pólo econômico deverá ser a região do Cariri/Centro Sul, com uma participação em torno de 9,4% do PIB estadual, cabendo às demais regiões contribuições cada vez menores.

Em termos espaciais, a concentração média do emprego na RMF deverá alcançar cerca de 69,6% do total das novas oportunidades a serem criadas, um pouco acima da concentração observada para o PIB (62,5%). O segundo lugar caberá à macrorregião do Cariri/Centro Sul, com uma participação média de 8,8% no emprego, cabendo às outras seis regiões a parcela restante (21,6%).

Vale recordar que o modelo econométrico é neutro em termos de política econômica, ou seja, ele projeta para o futuro a tendência e a estrutura observadas, de tal forma que a RMF, se nenhuma intervenção for adotada, deverá continuar a apresentar uma elevada concentração em termos de produto e emprego, embora, em passado recente, tenha sido observada uma leve queda na sua participação econômica.



De qualquer forma, essa macrocefalia da Região Metropolitana de Fortaleza representa uma grande preocupação para os gestores de políticas públicas, constituindo-se, assim, num grande desafio a ser enfrentado pelos poderes público e privado.

Esse fato reforça a opção estratégica do Governo Estadual em reverter o quadro de forte concentração espacial da riqueza e do mercado de trabalho, ao decidir que 55% dos seus investimentos deverão ser realizados no interior, ou, mais especificamente, fora da RMF, além de ter criado a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional para viabilizar a implantação e operacionalização da política de desconcentração espacial do Estado.

¹Região Metropolitana de Fortaleza, Litoral Oeste, Sobral Ibiapaba, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Baturité, Litoral Leste/Jaguaribe e Cariri/Centro Sul.



**CEARÁ
EMPREENDEDOR**



**CEARÁ
VIDA MELHOR**

3. EIXOS DE ARTICULAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE GOVERNO



**CEARÁ
INTEGRAÇÃO**



**CEARÁ,
ESTADO A SERVIÇO
DO CIDADÃO.**

3.1. EIXO 1 - CEARÁ EMPREENDEDOR

O alcance do objetivo síntese do Plano Governo: Ceará Cidadania, Crescimento com Inclusão Social será viabilizado com a implementação de programas e projetos que tenham foco no cearense como beneficiário principal de suas ações, que esteja alicerçado em uma economia competitiva e solidária, e tenha como ponto de referência a redução das disparidades interpessoais de renda e desconcentração regional das oportunidades econômicas.

O foco na competitividade, por sua vez, exigirá o engajamento do Governo e dos agentes produtivos dos diferentes setores da economia para criar e tornar consistente, no Estado do Ceará, um ambiente propício à inovação. Esse ambiente deverá consolidar a base de geração de conhecimento, a capacidade de ensino e pesquisa, os recursos humanos preparados, a tecnologia industrial básica, a política de qualidade, as cadeias produtivas, o apoio a patentes e à boa gestão, que serão associados a uma política de desenvolvimento que contemple o empreendedorismo, a inclusão social, uma legislação tributária facilitadora, uma política de incentivos e uma boa oferta de instrumentos de planejamento e informação.

Tudo isso será complementado pelo estabelecimento de um processo permanente de busca de maior e melhor atendimento ao mercado local e externo, resultando no crescimento das vendas dos produtos cearenses no Estado, no País e no resto do mundo. Sem perder de vista que os benefícios de tal processo devem ser compartilhados com toda a sociedade.

A consecução desse eixo estará condicionada a uma ação integrada para atrair novas unidades produtivas e modernizar as existentes, principalmente nos setores considerados estratégicos para uma ação desenvolvimentista. Tal ação deverá ter como principal orientação a melhoria na qualidade do capital humano estadual, além da ampliação do capital físico e social, da infra-estrutura e do sistema estadual de pesquisa e desenvolvimento.

A política estratégica de Turismo será orientada para o aumento da competitividade do setor, a partir do fortalecimento da imagem do Estado na consolidação e requalificação de destinos, na diversificação de produtos, na promoção, na ampliação da infra-estrutura básica e de apoio de turismo, inclusive com a viabilização de um Centro Multifuncional de Feiras e Eventos, e na captação de investimentos turísticos privados nacionais e estrangeiros.

A modernização e o desenvolvimento das atividades agrícolas propiciará o aumento da renda, produtividade e competitividade no meio rural, integrando o fortalecimento das atividades tradicionais com a introdução de novas atividades dinâmicas e a consolidação dos agropólos, como unidades territoriais de planejamento e intervenção governamental.

O incentivo a indústria e o comércio de produtos de consumo popular será realizado através da promoção de pequenos negócios voltados para a produção de consumo popular e por meio de uma política capaz de oferecer novas oportunidades de rendimentos à crescente força de mão-de-obra não inserida no mercado formal de trabalho no Estado do Ceará.

A infra-estrutura física terá a sua continuidade garantida por meio da implementação de um Plano Estratégico de Logística de Transporte, englobando os diversos modais existentes (rodoviário, ferroviário e aeroviário), de uma maior interação regional e nacional em relação à utilização de rodovias federais, da diversificação das fontes energéticas do Estado, da complementação da infra-estrutura hídrica e do avanço nas áreas da habitação e de políticas urbanas.

O caminho para elevar o volume da produção, melhorar a produtividade dos setores produtivos, dinamizar a comercialização e a qualidade dos produtos cearenses, ampliar o potencial para exportar e gerar mais emprego e renda serão viabilizados através dos seguintes objetivos estratégicos:

- **Estimular a indústria exportadora;**
- **Preparar o Ceará como destino preferencial do turismo;**
- **Promover o desenvolvimento do meio rural;**
- **Incentivar a indústria e o comércio de produtos de consumo popular;**
- **Estimular a capacidade de inovação das empresas;**
- **Fortalecer a infra-estrutura estratégica;**
- **Apoiar o desenvolvimento da atividade mineira em bases competitivas.**

3.1. EIXO 2 - CEARÁ VIDA MELHOR

O eixo Ceará Vida Melhor representa mais do que uma simples escolha de Governo para orientar sua ação estratégica. Representa o desafio para a redução das desigualdades sociais, com prioridade para promoção da inclusão social, visto que o fim último e essencial do desenvolvimento sustentável é

a garantia de vida com qualidade para todos.

O Ceará, dentre os estados brasileiros, foi o que mais obteve sucesso na conquista de melhores resultados quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, calculado pelo PNUD e IPEA, entre os anos de 1991 e 2000, passando da 23ª posição para 19ª posição no ranking nacional.

Contudo grandes desafios se afiguram ainda. Governo e sociedade deverão ainda fazer um amplo esforço de mobilização para redução das desigualdades sociais, caracterizada como um ciclo vicioso de condição e consequência e marcada por uma estrutura desigual de educação, de trabalho, de poder, de cultura e da vulnerabilidade que afeta o Estado.

A pobreza ainda tem forte componente regional, muitos municípios ainda se encontram sujeitos à estagnação econômica, isolados, com carências de infra-estruturas e precário acesso a bens e serviços públicos, gerando-se estímulo à emigração para Fortaleza e RMF.

É imperativo para o atual Governo a ampliação de recursos financeiros e humanos para programas de redução das desigualdades sociais evitando superposições e maximizando programas e ações convergentes de políticas públicas.

O novo modelo de desenvolvimento adotado para o próximo quadriênio advoga o fortalecimento do empreendedorismo na economia cearense, com tratamento particularizado para micro e pequenos produtores, empresários rurais e urbanos, como um suporte para o enfrentamento das desigualdades sociais que tem forte viés econômico. É mister portanto maior geração de emprego e renda, além da busca constante pela valorização do capital humano e das conquistas no campo social.

Ceará Vida Melhor significa a melhoria de indicadores sociais que nos faça sair de patamares inaceitáveis para posições mais confortáveis dentro dos padrões de justiça social.

A proposta para o quadriênio é alavancar um conjunto de programas e ações que busque a elevação do padrão dos serviços sociais básicos, como saúde, formação educacional e profissional, assistência social, segurança e justiça, cultura, lazer, desporto e juventude, habitação, saneamento e meio ambiente como pressupostos básicos para o ser humano.

Na saúde, a estratégia será a expansão e melhoria do atendimento por meio de um sistema integrado, tendo como base uma atenção primária universal, determinando a organização dos níveis de atenção secundária e terciária dentro de um padrão resolutivo e humanizado.

As metas estruturantes em saúde são: reduzir a mortalidade infantil e materna, reduzir incidência de casos de AVC, reduzir óbitos por doenças cardiovasculares, causas externas e câncer, eliminar as doenças infecciosas passíveis de erradicação como tétano neonatal e raiva humana, controlar a hanseníase, controlar as doenças transmissíveis de interesse para a saúde: dengue, AIDS, tuberculose e doenças diarreicas, e reduzir o índice de dentes obturados, perdidos e cariados.

Nas áreas de educação, o Estado investirá no fortalecimento de políticas de melhoria da qualidade do ensino e da gestão da escola pública cearense. Para isso, a rede pública de ensino estará voltada para um sistema de desenvolvimento que possibilite o acesso com equidade, a permanência na escola e sucesso na aprendizagem.

A qualificação profissional pautar-se-á pela promoção de uma ampla integração das políticas de capacitação e formação profissional com outras políticas, especialmente as de educação, geração de emprego e renda, desenvolvimento local e regional e ciência e tecnologia. Neste sentido, o Plano de Educação Profissional do Ceará orientará a proposta de educação profissional, objetivando a preparação da população para o mercado de trabalho, atentando para a dinâmica das transformações laborais e garantindo a integração entre a demanda de mão-de-obra qualificada e a oferta de treinamento.

A Assistência Social tratada como política pública pelo Governo do Estado objetivará que tenham acesso a bens e serviços e riquezas societárias os grupos vulnerabilizados e excluídos pela condição de pobreza e de risco social, dentre eles crianças e adolescentes, pessoas portadoras de deficiências ou de necessidades especiais, famílias em condição de extrema pobreza, idosos e desempregados, dentre outros.

O Plano Estadual de Segurança Pública permitirá a realização de um conjunto articulado de ações preventivas e defensivas contra violência. As linhas de ação estarão direcionadas à ampliação e à melhoria da infra-estrutura da segurança pública; à promoção de operações integradas de saturação intensiva em áreas com índice de criminalidade elevada; ao fortalecimento da interação com a comunidade; à capacitação do corpo policial de segurança pública; à prevenção e combate a incêndio e salvamento; ao socorro de urgência, dentre outros.

A Rede Estadual de Acesso à Justiça e Cidadania permitirá a estruturação de canais de acesso do cidadão aos âmbitos administrativo e judicial para processamento de suas necessidades, de modo mais

célebre e de forma a evitar duplicidade na execução de rotinas e serviços.

A assistência jurídica, como concretização do preceito constitucional de acesso à Justiça, será assegurada aos mais pobres por meio da Defensoria Pública, que será importante instrumento para o exercício da cidadania, de modo a assegurar direitos individuais e coletivos da sociedade.

Quanto ao Sistema Penitenciário, o Governo do Estado orientará um conjunto de ações que visem, essencialmente, a formação educacional, cultural e profissionalizante de presos e egressos; a construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações prisionais; e a formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores da Justiça.

A participação estatal, na área da Justiça, dar-se-á ainda pela promoção de ações educativas de prevenção à violência e de combate à impunidade. As principais linhas de ação, com enfoque na cidadania, são o fortalecimento da participação dos Conselhos, a proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, e proteção e defesa de direitos, instrumentalizada pelo papel das Casas de Mediação.

No setor cultural, o Governo do Estado tratará a Cultura como matéria transversal a todos os eixos, pelo aporte de contribuição que é capaz de agregar tanto a inclusão social, ao desenvolvimento local e regional, quanto ao empreendedorismo e quanto à promoção da auto-estima e valorização da identidade do povo cearense.

Assim, o Governo do Estado ordenou um conjunto de linhas de ações que se fundamentam na municipalização e regionalização da cultura; na garantia do acesso a bens e serviços culturais; na promoção da cearenidade: de memória, preservação e inovação cultural.

Uma das prioridades de Governo será o tratamento acentuado nas questões da juventude cearense.



Ciente das vulnerabilidades quanto à população jovem no que tange às poucas oportunidades que lhe são ofertadas, o Governo do Estado desencadeará um conjunto de políticas públicas que priorize a atuação do jovem na sociedade, estimulando-o ao protagonismo e visando minimizar as conseqüências daquelas poucas oportunidades, que se traduzem em inacessibilidade ao primeiro emprego, à formação escolar e profissional; em violência, em drogas, em gravidez precoce, em prostituição e em outros fatores de risco.

A prática de esportes e lazer será potencializada pelo desenvolvimento de programas que viabilizem a inclusão social atendendo a todas as faixas etárias da população; a exploração do potencial turístico do Ceará por meio de esportes de aventura, natureza e motor; a prática desportiva escolar, na perspectiva de gerar novos talentos; a implantação de equipamentos esportivos; à criação e revitalização de espaços de lazer e de instâncias de interlocução com a sociedade voltadas para o esporte.

No que tange ao saneamento, uma das grandes metas governamentais será a busca da universalização dos serviços de abastecimento de água e a elevação do índice de atendimento com esgotamento sanitário, com prioridade para os municípios mais carentes e para os de interesse turístico.

O Governo do Estado continuará promovendo ações que visem à proteção dos ecossistemas do Estado e ações de controle e monitoramento dos recursos naturais.

Neste respeito, dará especial tratamento à questão dos resíduos sólidos que trazem sérias implicações ao meio ambiente, refletidas na degradação do solo, no comprometimento dos mananciais, na poluição do ar e na saúde pública.

No tratamento dos resíduos sólidos, o planejamento se dará de modo integrado quanto às intervenções, com ênfase na formação de parcerias entre municípios; será dado incentivo às boas práticas de gestão; serão selecionadas áreas de disposição dos resíduos; será executado programa de educação ambiental e mobilização social contínuo e implantada coleta seletiva voltada para a reciclagem e o aproveitamento industrial.

A política ambiental do Estado orientar-se-á por ações que propugnem pela conciliação das questões econômicas, sociais e ambientais para o desenvolvimento sustentável do Estado; pela implementação de sistemas integrados de manejo dos recursos naturais; pela implantação de mecanismos de inclusão das administrações municipais e comunidades locais na promoção e

defesa do meio ambiente por uma rede de educação e informações ambientais; e pela promoção de eventos educativos e formação de agentes multiplicadores em educação ambiental.

No que concerne à política habitacional do Estado, o Governo ampliará a oferta de unidades habitacionais, priorizando a ocupação de vazios urbanos dotados infra-estrutura e próximos às centralidades urbanas.

O Plano Diretor de Habitação - PDH - dimensionará os déficits habitacionais quantitativos e qualitativos do Estado, tendo como base o ano de 2000. As ações serão desenvolvidas de forma integrada, descentralizada e participativa nas três esferas governamentais, envolvendo iniciativa privada, comunidade e organizações não governamentais, sempre em parceria e em busca da autogestão municipal.

Encontram-se nesse Eixo, como componentes do Plano de Governo 2003-2006 os seguintes objetivos estratégicos:

- **Elevar a Qualidade da Educação e o Perfil Educacional da População;**
- **Prestar Assistência Integral, Contínua e Personalizada, Centrada na Vigilância à Saúde;**
- **Promover a Capacitação e a Qualificação Profissional da População;**
- **Assegurar Direitos de Proteção ao Cidadão;**
- **Assegurar Direitos de Defesa e Acesso à Justiça;**
- **Melhoria da Segurança Pública;**
- **Melhoria do Sistema Penitenciário;**
- **Promoção de Ações Educativas e de Prevenção à Violência;**
- **Identificar, Preservar, Renovar e Fomentar a Cultura, na Perspectiva da Inclusão Social e da Cidadania Cultural;**
- **Promover e Incentivar o Lazer e o Desporto com Prioridade para a Juventude;**
- **Ampliar e Melhorar a Oferta da Infra-Estrutura Social;**
- **Promover o Tratamento Adequado dos Resíduos Sólidos;**
- **Proteger o Meio Ambiente;**
- **Aumentar a Oferta de Unidades Habitacionais.**

3.3. EIXO 3 - CEARÁ INTEGRAÇÃO

O Eixo Ceará Integração objetivará a promoção do desenvolvimento local e regional, apoiar-se-á no alinhamento estratégico das políticas públicas e na

integração de programas, alicerçando-se na força da articulação, participação e controle social da sociedade.

A promoção do desenvolvimento local e regional retoma o enfoque territorial como resposta aos desafios do processo de globalização e à integração econômica dos mercados, e se constituirá numa alternativa de desenvolvimento inserida no objetivo de governo de dinamizar a economia do Ceará, desconcentrando o processo de urbanização, minimizando as disparidades entre as áreas metropolitana e não-metropolitana, e privilegiando a criação de oportunidades de trabalho e renda de forma mais equilibrada, para um maior contingente populacional do Estado. Atende ao fim último de reduzir as desigualdades regionais e a pobreza no Estado.

Sua implementação se efetivará com a adoção de ações estratégicas baseadas em princípios que envolvem a autonomia local, a coordenação e cooperação no âmbito regional e a busca da equidade. Para tanto, foram definidas estratégias em três níveis para orientar a ação do Governo.

As opções estratégicas no nível micro (município) estarão orientadas para o estímulo à autonomia local, com base nos determinantes internos, ou seja, nas vocações edafoclimáticas, nas potencialidades econômicas competitivas, na organização institucional e na sociedade civil, dentre outros. O município, como instância micro da unidade espacial, contará com o apoio do Governo para



aprofundar o conhecimento das potencialidades e identidade local que resultem em manifestações regionais.

No nível meso (regional), serão estabelecidos mecanismos institucionais de coordenação, indutores para integração e convergência das ações, motivando os municípios na defesa e engajamento de projetos de interesse comum para a região, em consonância com a diretriz governamental. Essa estratégia induzirá ao princípio da socialização do esforço governamental, aglutinando os interesses coletivos, estimulando a cooperação, e contribuindo para otimizar a aplicação dos recursos financeiros no Estado.

Por sua vez, a estratégia de integração no nível macro (Estado) apoiar-se-á nas ações governamentais de promoção do ordenamento territorial, com vistas à sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Nessa instância, o Governo buscará viabilizar a alocação de investimentos de forma a assegurar uma estrutura espacial mais equilibrada.

Os programas e projetos prioritários estimularão e organizarão as atividades produtivas no território de acordo com suas vantagens competitivas, o fortalecimento do capital social, a formação do capital humano, o acesso ao financiamento, o conhecimento técnico e o apoio gerencial. Para tanto, serão priorizadas ações com vistas ao alinhamento estratégico de políticas e a articulação institucional dos agentes que atuam na

área ou setor responsável pelo crescimento econômico como forma de estimular a competitividade nas diferentes regiões, respeitando a sustentabilidade do meio ambiente, as dimensões intra e inter-regionais e as relações de complementaridade do meio rural com o urbano.

O Eixo Ceará Integração consubstanciar-se-á através dos seguintes objetivos estratégicos:

- **Promover a Desconcentração Espacial do Desenvolvimento;**
- **Promover o Potencial Endógeno para a Autonomia Local;**
- **Promover a Gestão Integrada e Compartilhada do Território.**

3.4. EIXO 4 - CEARÁ, ESTADO A SERVIÇO DO CIDADÃO

A adoção deste Eixo se impõe pela necessidade de se avançar no desenvolvimento do Ceará a partir de novas práticas que propugnem pela construção de processos integrados e solidários baseados em políticas estratégicas capazes de permitir a abertura de espaços de inclusão social, diálogos, trocas e articulações.

O novo formato institucional do Estado comportará um funcionamento sistêmico, com imposição de altas taxas de efetividade nas ações de governo, capaz de mobilizar e construir redes temáticas e setoriais, cujo resultado é um modelo

de gestão que envolve, de forma cooperativa e voluntária, governo e sociedade.

O presente Eixo busca garantir condições básicas na promoção de um novo ciclo de desenvolvimento, pressupondo a modernidade dos modelos organizacionais; a criação de espaços de representação de interesses múltiplos; a flexibilidade de normas e valores que facilitem a construção de parcerias entre os diferentes atores, em que a proximidade seja propícia para compartilhar capacidades, recursos e esforços.

A opção de reestruturação e modernização do modelo de organização do Estado objetiva criar condições para melhorar a atuação do Estado por meio da definição de estratégias integradoras de mecanismos de governança, tendo como premissa potencializar ações sinérgicas para o alcance de metas e promoção de políticas estaduais de desenvolvimento.

A inclusão política é pressuposto para o desenvolvimento de ações de inclusão social. Pensando nisso, o Governo do Estado tratará da implantação de um sistema de controle social de políticas públicas, centrado no monitoramento e avaliação de metas inseridas no Plano Estadual de Inclusão Social, de modo a permitir que os diversos setores da sociedade civil possam participar do monitoramento e da reflexão sobre índices e metas relativos à inclusão social.

O atual modelo de gestão centra-se no tripé Estado-Mercado-Sociedade Civil. As políticas públicas a serem implementadas no Ceará preconizam a participação desses componentes, e, nesse sentido, o envolvimento da população se dará por meio dos canais diretos de comunicação, multiplicação dessa forma participativa pelas diversas regiões do Estado, e alinhamento entre os anseios da população e as preocupações de Governo.

O Governo também empreenderá esforços para que haja descentralização e integração das políticas regionais, por entender que as desigualdades econômicas e sociais têm forte componente nas disparidades e nos desequilíbrios regionais.

Na perspectiva do recorte regional para implementação de políticas públicas, o Governo repensará o planejamento e sua execução, numa proximidade maior das realidades, potencialidades e fragilidades do conjunto de municípios e seu entorno.

O aperfeiçoamento do modelo de gestão terá como meta a busca pela produtividade das instituições e a excelência da qualidade dos produtos e serviços disponibilizados ao cidadão. A integração das ações de Planejamento, Orçamento e Gestão, possibilitará

ao Governo empregar métodos e técnicas de planejamento sistêmico e iterativo que possibilitem o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dos indicadores qualitativos de gestão que repercutem nas áreas econômica e social.

Aperfeiçoar as ações de planejamento, finanças e controle significa evitar a consolidação de uma gestão pública inercial, pautada apenas em preocupações fiscais e financeiras.

A orientação governamental é sempre no sentido de uma compreensão e visão holísticas e cada vez mais na persecução do equilíbrio fiscal, na maximização da poupança pública, na captação de investimentos privados e na otimização e efetividade dos gastos públicos.

O servidor público é agente imprescindível na consolidação do aperfeiçoamento da gestão pública e fundamental no processo de mudança

A Administração Estadual investirá no capital humano do serviço público, de modo a qualificar o servidor público, no âmbito do desenvolvimento de suas competências gerencial, técnico-operacional e acadêmica, bem como explorar seu potencial criativo e a sua capacidade empreendedora.

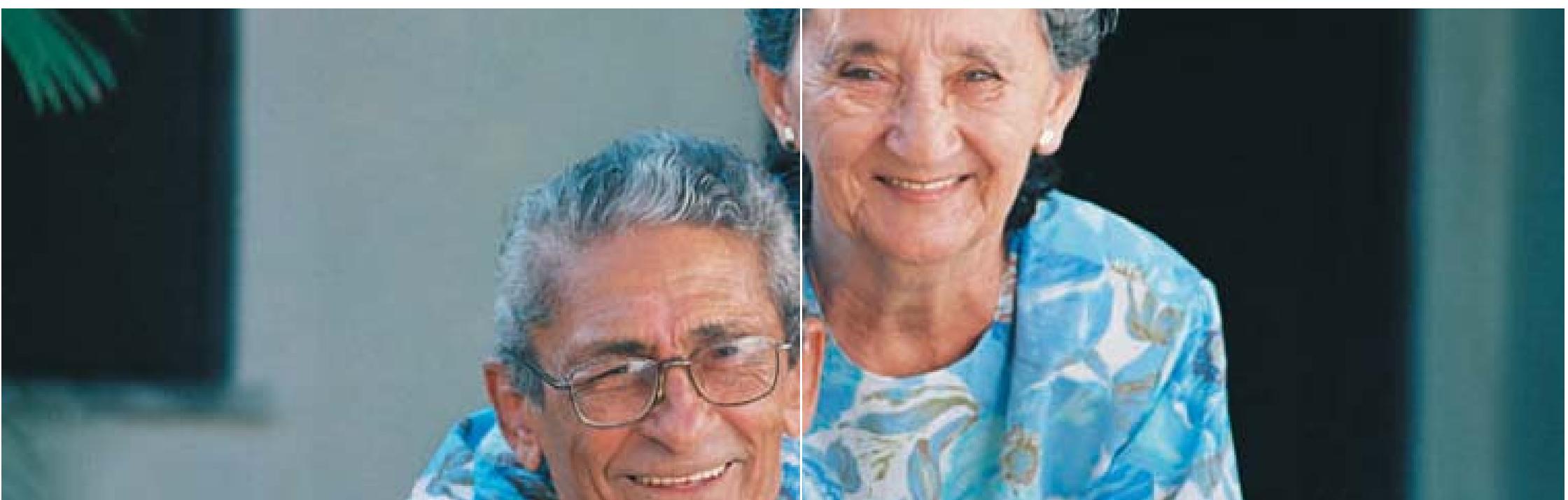
A Cultura é tema transversal a todos os Eixos de Governo e produz seus efeitos também na gestão pública. Neste sentido, será possibilitado aos servidores públicos estaduais o acesso a bens e serviços culturais, de forma a incluí-los nas práticas culturais, criando possibilidades de novas relações entre setores de governo, otimizando a comunicação, o clima organizacional, entre outros aspectos positivos.

Outro tema que será tratado diz respeito ao Sistema Único de Previdência do Servidor, pautado em normas gerais de contabilidade e atuária. Promoverá os benefícios previdenciários de seus segurados, dependentes e pensionistas.

Os objetivos estratégicos que compõem este Eixo são:

- **Reestruturação e Modernização Institucional;**
- **Definição, Acompanhamento e Avaliação de Metas e Indicadores de Inclusão Social;**
- **Efetivar a Gestão Compartilhada, a Participação e o Controle Social;**
- **Efetivar a Descentralização e a Integração Regional;**
- **Mediação Política e Institucional;**
- **Aperfeiçoar as Ações de Planejamento;**
- **Aperfeiçoar as Ações de Finanças;**
- **Aperfeiçoar as Ações de Controle;**
- **Promover a Valorização dos Servidores Públicos.**





4. TRAJETÓRIA DO PPA COMPARTILHADO



4.1. ANTECEDENTES

4.1.1. O Movimento Ceará Cidadania

O **Movimento Ceará Cidadania** nasceu da compreensão da extrema importância da participação social na definição das prioridades e no compartilhamento de responsabilidades como pré-requisitos para o encaminhamento na direção de um novo ciclo de desenvolvimento do Estado do Ceará. Esse Movimento constituiu-se no embrião do atual **Plano de Governo Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social**.

Pelo **Movimento Ceará Cidadania** conseguiu-se agregar cerca de 900 voluntários representantes da sociedade civil organizada em todo o Estado do Ceará, reunidos em 35 grupos temáticos, que discutiram os principais problemas estaduais, ao mesmo tempo em que apresentaram importantes e substanciais propostas com vistas a solucionar os grandes desafios enfrentados pelo Ceará. O somatório de contribuições possibilitou a elaboração do documento **O Ceará Cada Vez Melhor**, slogan da campanha eleitoral do Governador eleito, priorizados em 5 eixos estratégicos de reflexão: **Participação e Gestão Compartilhada; Qualidade de Vida Urbana; Desenvolvimento Rural; Valorização Regional; e Cearensidade**.

As diretrizes programáticas do **Movimento** orientaram-se para o fortalecimento das relações entre Governo e sociedade, no esforço de governar junto aos municípios, em valorizar as regiões do Estado como locus estratégico do desenvolvimento, no combate das desigualdades regionais, na utilização de todos os meios para promover o desenvolvimento rural e melhoria da qualidade da população cearense. A partir dessas diretrizes é que nasceram cinco vetores estratégicos: **Expandir as Oportunidades de Emprego e Renda; Avançar na Melhoria da Qualidade de Vida; Garantir o Desenvolvimento Rural; Ordenar o Uso e Ocupação do Território; e Modernizar a Gestão Pública, ampliando a participação social**.

4.1.2. Equipe de Transição de Governo

Com a vitória do candidato Lúcio Alcântara, foi instalada, em fins de novembro de 2002, a Equipe de Transição de Governo, com a missão de analisar e aprofundar a discussão das idéias contidas no

documento **Ceará Cada Vez Melhor**, seguindo-se o mesmo processo de participação social utilizado durante o período da campanha. Foram criados, então, Núcleos de Estudos, integrados por representantes da Sociedade Civil e do Governo para trabalharem em doze temas prioritários a saber: Ciência e Tecnologia; Cultura; Desenvolvimento Econômico; Educação; Esportes; Inclusão e Mobilização Social; Infra-Estrutura; Justiça; Meio Ambiente; Modelo de Gestão; Saúde e Segurança Pública.

Cada um desses temas foi discutido pelos Núcleos de Estudos que cuidavam de mobilizar grupos setoriais e grupos temáticos para analisarem os temas propostos. Afora as reuniões dos grupos, os Núcleos promoveram a realização de vários *workshops* e Seminários, oportunidade em que reuniam pessoas representativas das mais diversas áreas de atuação, incluindo a econômica, social, infra-estrutura, saúde, educação, segurança, entre outras.

Das discussões das reuniões, encontros, *workshops* e seminários foram produzidos documentos relativos aos temas priorizados, em que o Governo é pensado como promotor da paz, da justiça social e do bem comum. Destacam-se entre os que mais contribuíram para a elaboração das políticas setoriais:

- Uma Contribuição à Formulação de Diretrizes e Políticas para o Desenvolvimento Econômico Cearense;
- Recomendações Pertinentes à Gestão do Sistema de Segurança Pública;

- Justiça e Cidadania-Grupo de Trabalho Conjunto Governo-Sociedade Civil;
- Cultura como Fator de Desenvolvimento Humano, Social e Econômico;
- Plano de Saúde 2003-2006 (Documento para Discussão);
- Escola Melhor, Vida Melhor – Recomendações;
- Proposta para Consolidação e Desenvolvimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Ceará;
- Propostas de Controle dos Gastos Públicos - Organização da Gestão Compartilhada;
- Relatório Sobre Alternativas de Racionalização e Melhoria da Qualidade do Gasto Público-Primeira Versão;
- Sistema de Gestão - proposta;
- Secretaria de Estado da Juventude - proposta de criação.

Merece destaque também o trabalho desenvolvido pela coordenação da equipe de transição no que se refere às questões e às propostas do novo formato institucional do Estado. A intenção foi a de construir um modelo de gestão que envolvesse, de forma cooperativa e voluntária, o Governo e a sociedade. Entendia-se que, para colocar o Estado a serviço do cidadão, seria fundamental avançar no desenvolvimento a partir de novas práticas, significando construir processos integrados e solidários baseados em políticas estratégicas capazes de permitir a abertura de espaços de inclusão social, diálogos, trocas, articulações, conformando uma extensa rede de cooperatividade sistêmica.

Baseados nessas premissas gestadas na Equipe de Transição, é que o novo desenho institucional atrela em si o compromisso com o desenvolvimento de atribuições e competências compatíveis com a demanda e com os problemas que integram a realidade cearense

Assim, no intuito de potencializar ações sinérgicas para o alcance das metas sociais e econômicas, o Governo criou a Secretaria de Mobilização e Inclusão Social, a Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, a Secretaria de Esportes e Juventude, a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional, a Secretaria de Agricultura e Pecuária e a Secretaria da Controladoria. Além disso, foi criado o Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará - IPECE em substituição ao Instituto de Planejamento do Ceará - IPLANCE e do Centro de Estratégias de Desenvolvimento do Estado do Ceará - CED, com atribuições de produção de estudos para subsidiar a elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e contribuir na formulação de estratégias de desenvolvimento, além de gerar, acumular e difundir informações.

4.1.3. Encontro de Camocim - Seminário Estratégico do Governo

O Seminário Estratégico do Governo - Encontro de Camocim, realizado em maio de 2003, teve como objetivo geral promover a articulação e a integração governamental, com vistas à criação de uma visão de futuro comum a toda equipe de Governo. Esse evento, em termos específicos, buscou: propiciar





uma maior articulação entre as Secretarias; aprofundar e consolidar o conhecimento da equipe sobre o Plano de Governo; apresentar os instrumentos de planejamento com seus respectivos manuais; discutir e buscar o consenso quanto aos objetivos estratégicos do Governo; e observar a qualidade e regularidade na aplicação dos recursos públicos.

Em termos metodológicos, a programação deste evento, realizado nos dias 03 e 04/05/2003, foi composta de: palestras, trabalho em grupo e plenária com encerramento. Nesse contexto, a SEPLAN, a SEAD, a SEFAZ e a SECON apresentaram, cada uma, o seu papel diante da nova concepção do Governo.

4.2. ENCONTROS REGIONAIS

Os encontros regionais pelo seu caráter e estrutura, constituíram-se em grandes eventos. A partir das 20 microrregiões do Ceará, o Governo do Estado estabeleceu uma agenda para ouvir as demandas das populações, conforme mostra o quadro a seguir:

Local	Data	Microrregião	Local	Data	Microrregião
Pacoti	01/Jul	08	Russas	15/Jul	10
Quixadá	02/Jul	12	Iguatu	21/Jul	16
Itaitinga	02/Jul	01	P. Branca	21/Jul	14
Canindé	03/Jul	07	Taúa	22/Jul	15
Camocim	07/Jul	04	Crateús	22/Jul	13
Viçosa	07/Jul	05	Crato	28/Jul	18
Acarauá	08/Jul	03	Milagres	28/Jul	20
Itapipoca	08/Jul	02	Juazeiro	29/Jul	19
Jaguaripe	14/Jul	11	Sobral	04/Ago	06
Aracati	14/Jul	09	Fortaleza	11/Ago	01
Icó	15/Jul	17			

4.2.1. Participantes

Foram 21 encontros que mobilizaram uma grande equipe de trabalho do Governo do Estado, que se deslocou para o Interior. O último foi realizado em Fortaleza, no Centro de Convenções.

Foram convidadas 4.571 pessoas, incluindo a Cidade de Fortaleza. Compareceram aproximadamente **7.979 participantes**, dentre eles representantes do Governo do Estado, dos municípios integrantes das Regiões, e representantes dos mais diversos segmentos da sociedade civil.

ESTATÍSTICAS DOS ENCONTROS

Inscritos nas Reuniões do PPA por Região					
Município Sede	Região	Convidados	% Convidados	Participantes	% Participantes
Itaitinga	01	191	4,0%	284	3,6%
Itapipoca	02	212	4,5%	315	3,9%
Acarauá	03	196	4,1%	291	3,6%
Camocim	04	188	4,0%	260	3,3%
Viçosa do Ceará	05	194	4,1%	289	3,6%
Sobral	06	384	8,1%	616	7,7%
Canindé	07	200	4,2%	264	3,3%
Pacoti	08	183	3,9%	285	3,6%
Aracati	09	280	5,9%	368	4,6%
Russas	10	182	3,8%	268	3,4%
Jaguaripe	11	201	4,2%	285	3,6%
Quixadá	12	109	2,3%	173	2,2%
Crateús	13	289	6,1%	740	9,3%
Pedra Branca	14	159	3,3%	807	10,1%
Tauá	15	153	3,2%	262	3,3%
Iguatu	16	251	5,3%	235	2,9%
Icó	17	155	3,3%	194	2,4%
Crato	18	257	5,4%	360	4,5%
Juaz. do Norte	19	213	4,5%	189	2,4%
Milagres	20	157	3,3%	150	1,9%
Fortaleza	01	597	12,6%	1.344	16,8%
Somatório		4.751	100,0%	7.979	100,0%

4.2.2. Metodologia

Foram contratadas duas consultorias para o desenvolvimento dos trabalhos nas regiões: a empresa SINAPSE e a empresa Personal que, orientadas pela Secretaria do Planejamento e Coordenação, desenvolveram conjuntamente a seguinte metodologia para os grupos temáticos no levantamento das demandas no Interior:

- Divisão dos grupos de debates nos seguintes temas:
 - Cultura, Esporte e Lazer
 - Educação
 - Saúde e Meio Ambiente
 - Desenvolvimento Econômico
 - Infra-estrutura
 - Defesa Social
 - Institucional

No Interior, a reunião obedecia à seguinte programação:

- Credenciamento dos participantes na recepção do evento;
- Abertura do evento pelo representante do Governo do Estado e palavra do prefeito anfitrião
- Apresentação da metodologia;
- Divisão dos Grupos Temáticos e entrega dos Cadernos de Trabalho;
- Apresentação dos Programas do Plano de Governo;
- Formatação de Propostas Regionais por Tema;
- Priorização das Propostas por Tema;
- Apresentação dos trabalhos dos Grupos Temáticos em Plenária;
- Priorização das Propostas para a Região;

- Encerramento (Palavra do Representante do Governo).

Em cada região, os participantes tinham a liberdade de priorizar doze programas do Plano de Governo ou acrescentar propostas dentre as que fossem concebidas como importantes para os municípios e que porventura não fossem contempladas no menu de programas ou em suas ações.

Em Fortaleza, o encontro seguiu uma programação um pouco diferenciada do Interior em virtude do número de participantes. Os grupos de debates foram distribuídos nos quatorze temas abaixo, tendo sido priorizados vinte e oito programas de Governo:

- Educação
- Saúde
- Ação Social
- Direitos Humanos, Justiça e Cidadania
- Meio Ambiente
- Ciência e Tecnologia
- Desenvolvimento Econômico
- Turismo
- Cultura
- Esportes e Lazer
- Infra-estrutura
- Segurança Pública
- Trabalho e Empreendedorismo
- Desenvolvimento Urbano



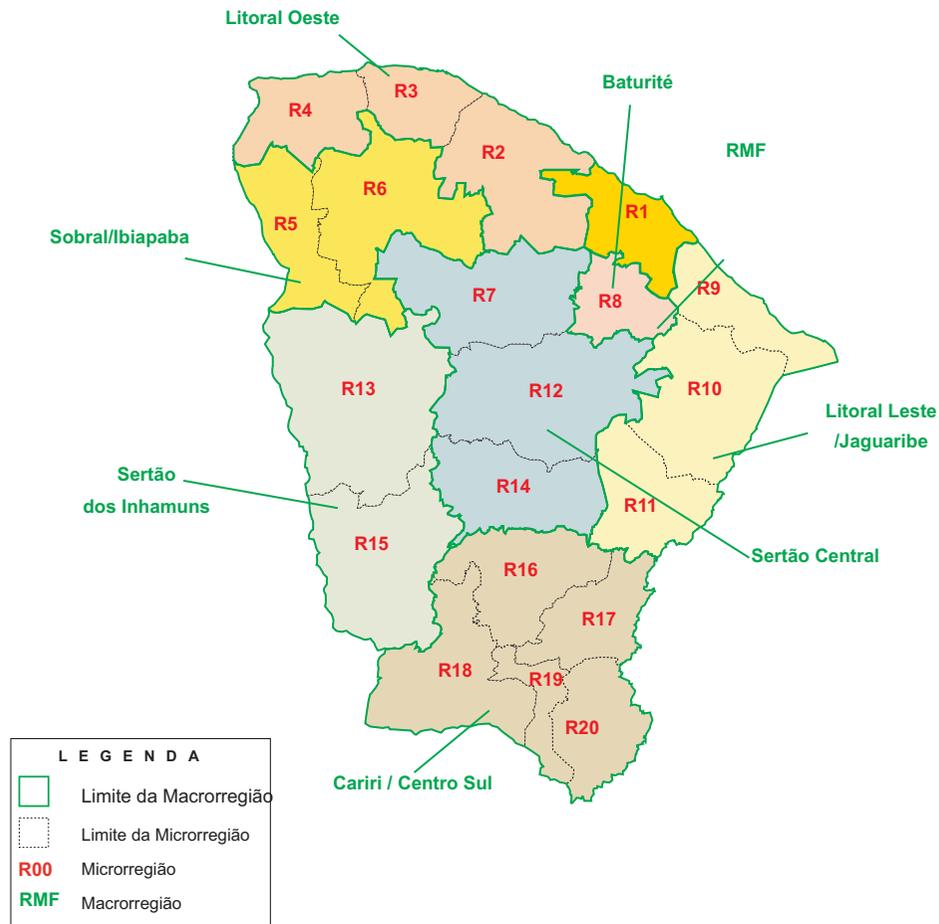


5. DEMANDAS REGIONAIS

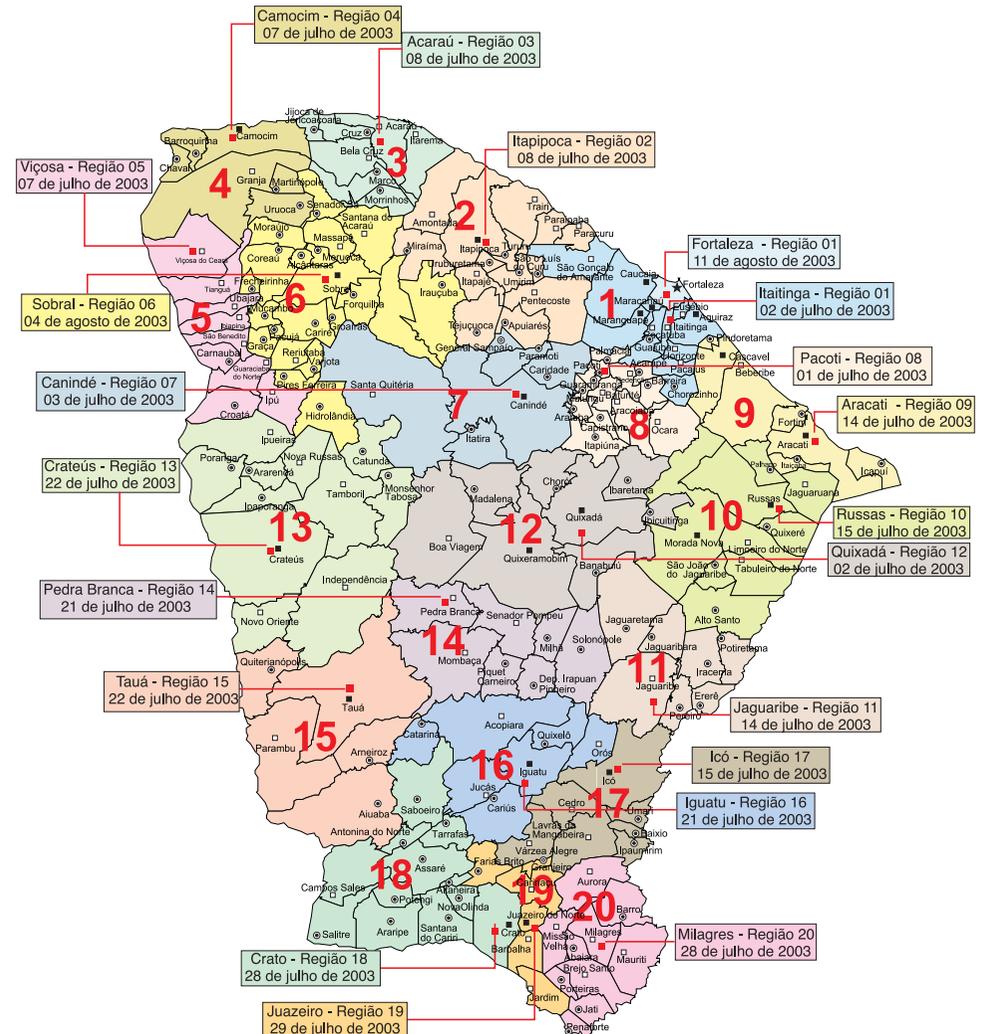


Macrorregiões com as Divisões de Microrregiões Administrativas do Ceará 1995 - 1997

Promover o desenvolvimento local e regional para a desconcentração da urbanização, minimizar as disparidades regionais, principalmente entre as áreas metropolitana e não-metropolitana e privilegiar a criação de oportunidades de renda e de trabalho de forma mais equilibrada exige a adoção de estratégias de planejamento no nível micro (município) e no nível meso (regional). Assim, a auscultação de sugestões e demandas para a elaboração do Plano Plurianual, foram feitas em nível municipal (microrregiões), com vistas à autonomia local, baseada nas vocações edafoclimáticas municipais, nas potencialidades econômicas competitivas e na organização institucional, concretizando um compromisso do Governo do Estado de estabelecer um diálogo permanente com a sociedade. Na montagem final do Plano Plurianual-PPA, no que se refere à programação e a partição dos recursos, no entanto, adotou-se o planejamento em nível regional (macrorregiões), para que se estabeleçam mecanismos institucionais de coordenação, capazes de direcionar a integração e convergência das ações e induzir ao princípio da socialização do esforço governamental.



Calendário de Reuniões nas Microrregiões Administrativas - PPA 2004 - 2007



5.1. MICRORREGIÃO 01: SEDE FORTALEZA

• Programas/Projetos Priorizados

1. Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
2. Assistência Jurídica Gratuita com a criação de Núcleos da DEFENSORIA PÚBLICA nos bairros para garantia do ACESSO À JUSTIÇA e a Reestruturação e Fortalecimento das Casas de Mediação;
3. Readequação dos Recursos Existentes e Fiscalização na Aplicação, através do Conselho de Segurança Pública instalado e com assentos multissetoriais;
4. Saúde da Família: Cobertura 100%, Priorizando a Educação, Participação/Inserção dos Diversos Profissionais;
5. Casa Melhor;
6. Desenvolvimento do Esporte Educacional e Rendimento;
7. PROARES (Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente);
8. Educação para a Cidadania como Formação de Agentes de Cidadania para a implantação do Plano Estadual de Direitos Humanos;
9. Implantação e Gestão de Equipamentos Esportivos;
10. Vigilância à Saúde, tendo como prioridade a expansão da Educação em Saúde;
11. Otimização de Transporte Urbano, Segurança no Trânsito e Vias Públicas;
12. Garantia da Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
13. Sanear II;
14. Reaparelhamento da Polícia Judiciária / Científica: Recursos Humanos e Materiais, em todo o Estado;
15. Desenvolvimento da Cultura;
16. Energia Alternativa;
17. Ceará Empreendedor;
18. Educação para o Empreendedorismo (nas Escolas);
19. Transversal de Gestão Ambiental Participativa;
20. Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores da Educação;
21. Preservação da Memória, Geração e Difusão do Conhecimento na Área Cultural;
22. Elaboração e Execução de um Plano Estratégico de Turismo de Longo Prazo (20 anos) que contemple

Um Plano de Marketing, um Plano de Definição de Destino (o que vender), detectar emissores (para quem vender), fidelizando o Turista;

23. Modernização e Implantação de Infra-Estrutura Física e Capacitação Laboratorial nos projetos de Atividades Científicas;
24. Programa da Biodiversidade;
25. Programas de C, T e I na capacitação de RH;
26. Empresas de Base Tecnológica e de Alto Conhecimento;
27. Centro Multifuncional de Eventos;
28. Programa de Desenvolvimento Setorial de Comércio e Serviços.

5.2. MICRORREGIÃO 01: SEDE ITAITINGA
Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante.

• Programas/Projetos Priorizados

1. Apoio ao desenvolvimento da Educação Infantil e implementação das políticas de inclusão para jovens e adultos portadores de necessidades especiais e comunidades indígenas;
2. Assegurar 5% dos recursos orçamentários estaduais para implementar a política de assistência social e 5% para justiça e segurança pública;
3. Saúde Mais Perto de Você - (PSF e Saúde Bucal);
4. Expansão e fortalecimento do PROARES em todos os municípios da região;
5. Ceará Empreendedor;
6. Esportes de Participação e Lazer;
7. Garantia da Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
8. Casa Melhor;
9. Desenvolvimento e Promoção Comercial do Agronegócio Sustentável;
10. Programa de Rodovias Vicinais;
11. Vigilância à Saúde e Vigilância Ambiental;
12. Desenvolvimento Cultural.

Demandas Institucionais

- Transporte Escolar (Horizonte);
- Infra-Estrutura do Estado na Construção e Melhoria de Matadouros Públicos (Horizonte);

- Aumento do efetivo de Policiais e Melhoria do atendimento do Corpo de Bombeiro (Horizonte);
- Aterros Sanitários Municipais (Guaiúba);
- Incluir Regiões Serras no PRODETUR (Pacatuba/Guaiúba);
- Criação de Universidade Metropolitana com cursos de curta duração voltados para vocações regionais.

5.3. MICRORREGIÃO 02: SEDE ITAIPOCA
Amontada, Apuiarés, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Luiz do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama.

• Programas/Projetos Priorizados

1. PROARES;
2. Programa de Agricultura Familiar;
3. Projeto Selo Município Verde;
4. Programa Desenvolvimento Cultural;
5. Saneamento Básico;
6. Apoio ao desenvolvimento da educação infantil e implementação das políticas de inclusão para jovens, portadores de necessidades especiais e indígenas;
7. Garantia de Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
8. Programa Ceará Empreendedor;
9. Programa de Vigilância à Saúde;
10. Prodetur II;
11. Implantação e Gestão de Equipamentos Esportivos;
12. Programa de Rodovias Vicinais.

Demandas Institucionais

- Não constam Demandas Institucionais.

5.4. MICRORREGIÃO 03: SEDE ACARAÚ
Acarauá, Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Morrinhos.

• Programas/Projetos Priorizados

1. Programa Saúde Mais Perto de Você;
2. Projeto de Construção de Aterros Sanitários e Reciclagem de Resíduos Sólidos;
3. Programa de Apoio à Agricultura Familiar;



4. Programa Casa Melhor: mutirões habitacionais, urbanização de favelas, habitação para famílias de baixa renda;
5. Universalização Progressiva do Ensino Médio nas Localidades Rurais e Urbanas;
6. Garantia da Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
7. Implantação do PROARES em todos os municípios da região;
8. Definir percentual mínimo de 5% da execução do orçamento do Estado para a assistência social;
9. Programa Ceará Empreendedor;
10. Programa Implantação e Gestão de Equipamentos Esportivos;
11. Projeto São José II;
12. Programa Desenvolvimento Cultural.

Demandas Institucionais

- Construção da Rodovia Itarema - Almofala;
- Executar SANEAR nos Municípios;
- Asfaltar a Estrada de Monteiro a Preá (Cruz);
- Aproveitar a castanha do caju na merenda escolar (Cruz);
- Aumentar o Contingente da Polícia Militar (Cruz);
- Retomada da Construção do Hospital Regional (Aracá);
- Construção de Matadouro Público (Acarauá);
- Construção de Aterro Sanitário (Acarauá);
- Batalhão da Polícia Militar (Acarauá);
- Construção de CEO - Centro de Especialidades Odontológicas (Acarauá);
- Ampliar CVT (Acarauá).

5.5. MICRORREGIÃO 04: SEDE CAMOCIM Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja, Martinópolis, Uruóca.

Programas/Projetos Priorizados

1. Criação de Delegacias Municipais nos Municípios de Granja, Chaval, Barroquinha, Martinópolis, Uruóca, Senador Sá e Moraújo, além de distritos policiais de Camocim, e Delegacia da Mulher e do Adolescente;
2. Garantia da Qualidade da Escola com foco na Aprendizagem do aluno;
3. Programa Saúde Mais Perto de Você;
4. PROARES – Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes;
5. Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores da Educação;
6. Programa de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF;
7. Programa Casa Melhor: mutirões habitacionais, urbanização de favelas e habitação para famílias de baixa renda;
8. Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR II;
9. Programa de Desenvolvimento Cultural;



10. Programa de Vigilância à Saúde;
11. Programa de Desenvolvimento Esporte Escolar e Rendimento;
12. PROÁGUA – Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido.

Demandas Institucionais

- Criação de Posto da SEFAZ (Martinópolis);
- Criação de Linhas de Crédito para Colônia de Pescadores (Camocim);
- Construção de Aterros Sanitários Municipais (Martinópolis);

- Incentivo a Projetos de Carnaúba, Castanha de Caju e Argila (Martinópolis);
- Construção de ponte sobre o rio em Moraújo (Moraújo);
- Investimentos em energia, água e habitação de qualidade.

5.6. MICRORREGIÃO 05: SEDE VIÇOSA DO CEARÁ Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará.

Programas/Projetos Priorizados

1. Programa Saúde mais Perto de Você;
2. Instalação de usina de asfalto;
3. PROARES - com inclusão do idoso;
4. Consolidação de pólos de educação superior e tecnológico;
5. Prestação de Assistência Técnica e Gerência ao Produtor;
6. Esportes de participação e lazer;
7. Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores;
8. Programa Ceará Empreendedor;
9. Programa de Desenvolvimento Cultural;
10. Plano Estadual de Segurança Pública;
11. Edificações, Transportes e Rodovias;
12. Programa Saúde Bucal.

Demandas Institucionais

- Construção de Hospital Regional em Tianguá ou São Benedito;
- Pavimentação e manutenção das ruas, instalação da usina de asfalto, instalação de Escola Técnica de 2º Grau na zona rural e de Faculdade de Agronomia;
- Criação de aterros sanitários;
- Criação de linhas de crédito para o agricultor;
- Construção do Canal Viçosa-Piauí (Carnaubal);
- Instalação de laboratório de análises técnicas (Agricultura);
- Reativar o escritório do DERT na região;
- Implantação de delegacias e aumento do efetivo policial;
- Aumento do número de profissionais de saúde;
- Investimentos na área de saneamento.

5.7. MICRORREGIÃO 06: SEDE SOBRAL Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Freicheirinha, Graça, Groaíras, Hidrolândia, Iruçuba, Massapê, Meruóca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Varjota.

Programas/Projetos Priorizados

1. Programa Garantia da Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
2. PROARES com atendimento interdisciplinares (jurídico, político, social aos grupos vulnerabilizados: idosos, crianças/adolescentes, minorias sociais etc), pensando nos municípios de pequenos portes;
3. Programa Saúde Mais Perto de Você;
4. Programa Ceará Empreendedor;
5. Programa de Assistência Farmacêutica;
6. Programa de Desenvolvimento e Gestão de Políticas da Juventude;
7. Programa Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores da Educação;
8. Formação de Parcerias para o Desenvolvimento da Agropecuária;



9. Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido fortalecendo e garantindo ações de geração de emprego e renda;
10. Saneamento Ambiental;
11. Programa Desenvolvimento Cultural;
12. Recursos Hídricos.

Demandas Institucionais

- Investimentos em pesca, ovinocaprinocultura e fruticultura com desenvolvimento de tecnologia adequada;
- Recuperação e implantação de estradas e vias de acesso a áreas produtivas;
- Implantação de telefonia rural.

5.8. MICRORREGIÃO 07: SEDE CANINDÉ Canindé, Caridade, General Sampaio, Itatira, Paramoti, Santa Quitéria.

Programas/Projetos Priorizados

1. Programa Ceará Empreendedor;
2. Programa de Desenvolvimento Empresarial;
3. Programa Portas Abertas;
4. Programa de Prestação de Assistência Técnica

- especiais e comunidades indígenas;
- 6. Programa de esportes de participação e lazer;
- 7. Programa de Saneamento Básico;
- 8. Programa de Desenvolvimento Cultural;
- 9. Articulação intergovernamental para a convivência com o semi-árido;
- 10. Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos – PROGERIRH;
- 11. Assistência a grupos vulneráveis;
- 12. Projeto de reciclagem de resíduos sólidos.

Demandas Institucionais

- Pesquisa da produção de óleo de girassol;
- Melhoria da oferta de cursos superiores na região;
- Implantar indústrias de agronegócios, como indústria de calçados;
- Investimentos no plantio da melancia;
- Fiscalização do Açude de Orós;
- Implantar programa de habitação.

5.18. MICRORREGIÃO 17: SEDE ICÓ

Baixio, Cedro, Icó, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Umari, Várzea Alegre.

• Programas/Projetos Priorizados

1. Programa Saúde mais Perto de Você;
2. Projeto São José II;
3. Programa Ceará Empreendedor;
4. Plano Estadual de Segurança Pública (todos os projetos);
5. Garantia da Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
6. Programa de Implantação, Integração e Gerenciamento de Recursos Hídricos - PROGERIRH;
7. Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores da Educação;
8. Programa de Desenvolvimento e Gestão de Políticas para a Juventude;
9. Apoio ao Turismo;
10. Projeto Selo Município Verde;
11. PROARES;
12. Programa de Valorização da Cultura Regional.

Demandas Institucionais

- Ampliar a telefonia rural (Icó);
- Construção do Açude Trapiá (Ipaumirim);
- Parceria com o Governo do Estado no

- bombeamento das águas para o açude Lima Campos (Icó);
- Desenvolvimento de indústrias locais (Icó);
- Incentivo para pequenas e médias empresas (Icó);
- Melhoria das habitações já existentes (Lavras da Mangabeira).

5.19. MICRORREGIÃO 18: SEDE CRATO

Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Crato, Nova Olinda, Potengi, Saboeiro, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas.

• Programas/Projetos Priorizados

1. Programa Saúde mais Perto de Você;
2. Água e Saneamento Básico;
3. Programa Ceará Empreendedor;
4. Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores da Educação;
5. Garantia de Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
6. Políticas de Desenvolvimento e Gestão da Juventude;
7. Criação de Defensorias Públicas e Moralização das Instituições de Segurança Pública, Intensificando Medidas para que a Comunidade Encaminhe Soluções para a Problemática da Segurança Pública;
8. PROARES;
9. Programa de Desenvolvimento Cultural;
10. Programa de Desenvolvimento de Destinos Turísticos;
11. Melhoria e Criação de Novas Estradas, Ferrovias e Mordia (Habitação);
12. Projeto Selo Município Verde.

Demandas Institucionais

- Implantar Central de Regulação de Exames e Consultas e Internações;
- Ampliar o Abastecimento de Água de Antonina e Campos Sales;
- Ampliar o número de profissionais de saúde;
- Construção da Rodovia Campos Sales-Tauá/Salitre-Pernambuco;
- Construção de aterro sanitário.

- Ampliação ou implantação de programas habitacionais a partir do PROURB;
- Ampliação do número de municípios beneficiados com o projeto PROARES;
- Melhoramento do Batalhão Policial.

5.11. MICRORREGIÃO 10: SEDE RUSSAS

Alto Santo, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, S. João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte.

• Programas/Projetos Priorizados

1. Programa Saúde Mais Perto de Você;
2. Programa Integrado de Segurança Pública e Assistência Social Regionalizado (Proteger a fronteira chapada);
3. Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido e Distribuição de Renda;
4. Garantia da Qualidade com foco na aprendizagem do aluno;
5. Abastecimento de Água (Humano e Produtivo);
6. Esporte de Participação e Lazer e Implantação e Gestão de Equipamentos Esportivos;
7. Programa de Desenvolvimento Cultural;
8. Programa de Saneamento Básico e Reciclagem de Resíduos Sólidos;
9. Programa Ceará Empreendedor;
10. Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores da Educação;
11. PROARES – com inclusão do idoso e gestante.

Demandas Institucionais

- Ampliação das ligações de gasoduto para os municípios da região;
- Construção de estrada de ligação Flores/Russas;
- Construção de estrada nos trechos Lagoa Grande/Morada Nova;
- São João/Passagem Molhada/Bom Jesus, Barra do Figueiredo/Alto Santo – Escoamento de produção;
- Ampliação do abastecimento d'água;
- Perenização do Rio Palhano a partir do Eixão;
- Açude Figueiredo;
- Substituição da adutora do Peixe;
- Açude da Serra – Abastecimento direto para as cidades;



- Reforço da Assistência técnica ao pequeno agricultor;
- Instalação de Banco de Mudanças para pequenos agricultores;
- Incentivo à produção do cajueiro anão;
- Construção do Hospital Regional (hemodiálise).

5.12. MICRORREGIÃO 11: SEDE JAGUARIBE

Ererê, Iracema, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Pereiro, Potiretama.

• Programas/Projetos Priorizados

1. Política de Recursos Hídricos;
2. Garantia da Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
3. Plano Estadual de Segurança Pública (todos os projetos são necessários para a região);
4. Integração rodoviária com os municípios vizinhos;
5. Programa Saúde Mais Perto de Você;
6. Esgotamento sanitário para os municípios da região;
7. Recursos Hídricos: construção e integração de açudes, adutoras, canais, barragens subterrâneas, poços profundos e movimentação das vazões, contemplando sedes municipais, distritais e pequenas comunidades, e saneamento básico;
8. Implantação e Gestão de Equipamentos Esportivos;
9. Programa de Desenvolvimento Cultural;
10. Programa de Atendimento Especializado ao Idoso e à Criança;
11. Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores da Educação;
12. Programa de Implantação do Castanhão II.

Demandas Institucionais

- Criação pela SEMACE de cartilha de orientação para desenvolvimento da piscicultura (Jaguaribe);
- Solicitação de três máquinas de irrigação de grande porte ao Governo do Estado (Jaguaribe);
- Recuperação do trecho de acesso entre Jaguaribe e Icó;
- Melhoria do CVT e capacitação de mão-de-obra para as indústrias (Jaguaribe);
- Implementação do Projeto Pólo de Lazer Barragem Santana pelo PROURB (Jaguaribe);
- Instalação de Campus Avançados da Universidade Estadual do Ceará (Jaguaribe).

5.13. MICRORREGIÃO 12: SEDE QUIXADÁ

Banabuiú, Boa Viagem, Choró, Ibareta, Ibicuitinga, Madalena, Quixadá, Quixeramobim.

• Programas/Projetos Priorizados

1. Programa Saúde Mais Perto de Você;
2. Programa de Desenvolvimento Cultural;
3. Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido;
4. Plano Estadual de Segurança Pública com Valorização do Profissional e do Cidadão;
5. Saneamento Básico para a Região;
6. Programa de Implantação e Gestão de Equipamentos Esportivos;
7. Programa de Reciclagem de Resíduos Sólidos;
8. Garantia da Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
9. Prestação de Assistência Técnica e Gerencial ao Produtor;
10. Programa de Consolidação de Pólos de Educação Superior e Tecnológica no Estado;
11. Programa Estradas para a Região.

Demandas Institucionais

- Não constam Demandas Institucionais.

5.14. MICRORREGIÃO 13: SEDE CRATEÚS

Ararendá, Catunda, Crateús, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Tamboril.

• Programas/Projetos Priorizados

1. Programa Saúde Mais Perto de Você;
2. Plano Estadual de Segurança Pública;
3. Promoção da Agricultura Familiar;
4. Programa de Desenvolvimento Cultural;
5. Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil e Implementação das Políticas de Inclusão para Jovens e Adultos Portadores de Necessidades Especiais e Comunidades Indígenas;
6. PROARES;
7. Programa de Saneamento Básico - Água e Esgoto;
8. Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores da Educação;
9. Programa Vigilância à Saúde;
10. Programa de Implantação e Gestão de Equipamentos Esportivos;
11. PROGERIRH;
12. Programa Ceará Empreendedor.

Demandas Institucionais

- Construção de Passagens Molhadas (Nova Russas);
- Atração de Indústrias (Nova Russas);
- Fortalecer o Crochê (Nova Russas);
- Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- Implantação de Escolas Agrícolas;
- Aumento da oferta de cursos de nível superior;
- Apoio à Apicultura e à Exportação do Mel.

5.15. MICRORREGIÃO 14 : SEDE PEDRA BRANCA

Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Senador Pompeu, Solonópole.



• Programas/Projetos Priorizados

1. Programa Saúde Mais Perto de Você;
2. PROARES - Com a Criação de Núcleos Regionais de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes em Situação de Risco;
3. Promoção da Agricultura Familiar;
4. Garantia de Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
5. Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil e Implementação das Políticas de Inclusão para Jovens e Adultos Portadores de Necessidades Especiais e Comunidades Indígenas;
6. Projeto São José;
7. Programa Desenvolvimento do Esporte Escolar e Rendimento;
8. Desenvolvimento do Agronegócio da Agricultura de Sequeiro;
9. Reciclagem de Resíduos Sólidos/Saneamento (Aterros Sanitários e Matadouros);
10. Programa de Rodovias Vicinais;
11. Programa de Educação para a Cidadania;
12. Programa de Valorização da Cultura Regional.

Demandas Institucionais

- Construção do Açude Santa Cruz do Banabuiú;
- Concluir o projeto de irrigação do Patu;
- Incentivo às mini indústrias locais;
- Implantação de uma indústria de beneficiamento de mandioca na região Serrana do Município de Pedra Branca;
- Investimentos na área de Saúde;
- Investimentos na área de energia nas regiões rurais;
- Investimentos na área de Saneamento;
- Investimentos na área de Tratamento de Lixo.

5.16. MICRORREGIÃO 15: SEDE TAUÁ

Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiteranópolis, Tauá.

• Programas/Projetos Priorizados

1. Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil e Implementação das Políticas de Inclusão para Jovens e Adultos, Portadores de Necessidades Especiais e Comunidades Indígenas;
2. Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro - PROÁGUA;

3. Programa Valorização da Cultura Regional;
4. Programa Saúde Mais Perto de Você (Reestruturação dos Sistemas Micro e Macrorregionais);
5. Plano Estadual de Segurança Pública;
6. Garantia da qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno;
7. Programa de Vigilância à Saúde;
8. Promoção da Agricultura Familiar;
9. Articulação Intergovernamental para a Convivência com o Semi-Árido;
10. Programa de Ação Social em Saneamento - PASS;
11. Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido;
12. Programa Esportes de Participação e Lazer.

Demandas Institucionais

- Investimentos na Pecuária - potencial da região para ovinocaprinocultura;
- Reativação do Colégio Agrícola e criação de curso seqüencial de produção animal (pós-médio ou superior);
- Desenvolvimento do Biodiesel com aproveitamento de antigas usinas;
- Criação de feira permanente para comercialização da ovinocaprinocultura com apoio do Governo do Estado;
- Criação de uma minifábrica de calçados para completar a cadeia produtiva;
- Implementar o PDR - Plano de Desenvolvimento Regional.

5.17. MICRORREGIÃO 16: SEDE IGUATU

Acopiara, Cariús, Catarina, Igatu, Jucás, Orós, Quixelô.

• Programas/Projetos Priorizados

1. Programa Saúde Mais Perto de Você (UTI);
2. Garantia da Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
3. Programa Ceará Empreendedor;
4. Projetos Integrados das Famílias x Sociedade x Governo promovendo a auto-estima da criança e do adolescente que sejam protagonistas em seu desenvolvimento;
5. Apoio ao desenvolvimento à educação infantil e implementação das políticas de inclusão para jovens e adultos portadores de necessidades

- e Gerencial ao Produtor;
- Programa Ação para o Desenvolvimento do Turismo para a Região 7;
 - Programa de Atração da Indústria de Médio e Grande Porte;
 - Programa Agronegócio da Pecuária;
 - Programa de Consolidação de Pólos de Educação Superior e Tecnologia no Estado;
 - Programa de Capacitação dos Atores da Cadeia Produtiva;
 - Programa de Marketing Turístico:

Demandas Institucionais;

- Criação da Escola Familiar Agrícola contextualizada, sendo uma por município;
- Ampliar o PRONAF - B.

5.9. MICRORREGIÃO 08: SEDE PACOTI

Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção.

Programas/Projetos Priorizados

- Centros de Triagem de Lixo Municipais e Sistema Regional de Coleta e Usinagem;
- Programa Rodoviário;
- PROARES - Programa de Apoio às Reformas Sociais para desenvolvimento de crianças e adolescentes;
- Reestruturação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário;
- Saúde Mais Perto de Você;
- Universalização da Educação Básica e Progressivo Atendimento Regional do Ensino Superior;
- Agricultura Familiar;
- Ceará Empreendedor;
- Implementação e Gestão de Equipamentos Esportivos;
- Programa de Desenvolvimento Cultural;
- Garantia de Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
- Centro Regional de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vitimizados.

Demandas Institucionais

- Implantação, implementação e gestão dos Projetos Estruturantes Regionais constantes

no Plano de Desenvolvimento Regional - PDR do Maciço de Baturité;

5.10. MICRORREGIÃO 09: SEDE ARACATI

Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaíçaba, Pindoretama.

Programas/Projetos Priorizados

- Programa Saúde Mais Perto de Você e implementação do Sistema de Urgência, emergência, fortalecendo os hospitais pólos das microrregiões;
- Construir estradas de acesso às localidades turísticas a partir da CE-040;
- Ceará Empreendedor;
- Garantia da Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
- Criação do Batalhão da PM e Corpo de Bombeiros, reequipamento e informatização das Delegacias e Unidades Policiais;
- PROARES;
- Aprimoramento do Processo de Formação e Valorização dos Servidores da Educação;
- Programa de Desenvolvimento e Gestão de Políticas da Juventude;
- Programa de Desenvolvimento Cultural;
- Programa de Desenvolvimento do Agronegócio, da Pesca e Aqüicultura;
- Programa de Apoio ao Saneamento Integrado do Sertão;
- Programa Vigilância à Saúde.

Demandas Institucionais

- Recuperação e Integração do Canal do Trabalhador e utilizá-lo para a agricultura;
- Aproveitamento do gasoduto na região;
- Retomada do projeto Luz no Campo;
- Interligação BR-116 e CE-040 – Cristais/Cascavel;
- Melhoramento das instalações de postos policiais;
- Recuperação das estradas que levam a CE 040 às regiões turísticas;
- Ampliação da cobertura telefônica;
- Construção da barragem das Amarelas (Beberibe);
- Ampliação do Aeroporto de Aracati;

5.20. MICRORREGIÃO 19: SEDE JUAZEIRO DO NORTE Barbalha, Caririçu, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Juazeiro do Norte.

Programas/Projetos Priorizados

- Prevenção e controle de acidentes, violência, demais agravos e atendimento às vítimas de acidentes de trânsito - construção do IML Regional;
- Apoio ao desenvolvimento da educação infantil e implementação das políticas de inclusão para jovens e adultos, portadores de necessidades especiais e comunidades indígenas;
- Programa Valorização da Cultura Regional;
- Programa Ceará Empreendedor;
- Programa de apoio às reformas sociais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes – PROARES;
- Promoção da Agricultura Familiar;
- Programa Memória da Cultura;
- Garantia da Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
- Programa de Assistência à Saúde - será fortalecida a vigilância à saúde, reestruturação de unidade básicas, secundárias e terciárias, com a implantação de um hospital regional e capacitação de recursos humanos;
- Plano Estadual de Segurança Pública - todos os projetos;
- Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos – PROGERIRH;
- Programa Rodoviário de Integração Social do Estado do Ceará.

Demandas Institucionais

- Construção da estrada de Caririçu a Juazeiro, ou a Lavras da Mangabeira;
- Construção de Hospital Regional;
- Criação de um aterro sanitário coletivo para os municípios de Crato, Juazeiro e Barbalha;
- Construção do IML, despoluição da bacia do Rio Salgado (Farias Brito);
- Inclusão do Cariri no PRODETUR (Farias Brito);
- Implantação de sede para a Delegacia da Mulher (Farias Brito);
- Criação da Delegacia Especial para Proteção de Fósseis (Farias Brito).

5.21. MICRORREGIÃO 20: SEDE MILAGRES Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte, Porteiras.

Programas/Projetos Priorizados

- Plano Estadual de Segurança Pública;
- Programa Saúde Mais Perto de Você - com a construção do Hospital Regional do SUS e Hemocentro;
- Programa de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF;
- Programa de Apoio às Reformas Sociais para o desenvolvimento de crianças e adolescentes – PROARES;
- Garantia da Qualidade da Escola com foco na aprendizagem do aluno;
- Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos - PROGERIRH, contemplando poços profundos;
- Programa Ceará Empreendedor;
- Aprimoramento do processo de formação e valorização do servidor da educação;
- Programa de Ação Social de Saneamento – PASS;
- Programa de Desenvolvimento e Gestão de Políticas da Juventude;
- Programa Saúde Bucal;
- Programa Desenvolvimento Cultural.

Demandas Institucionais

- Instalação de pequenas indústrias (Penaforte);
- Implantação de Açudes, como Maravilha e outros (Mauriti);
- Implantação de Ambulatórios de Saúde (Missão Velha);
- Transformar em reserva florestal a área de serra da divisa de Barro com Uricuri (Aurora);
- Expansão do Programa Municipal "Trabalho no Campo" para os outros municípios da região (Aurora);
- Criação de campus avançados da URCA no Cariri Oriental.

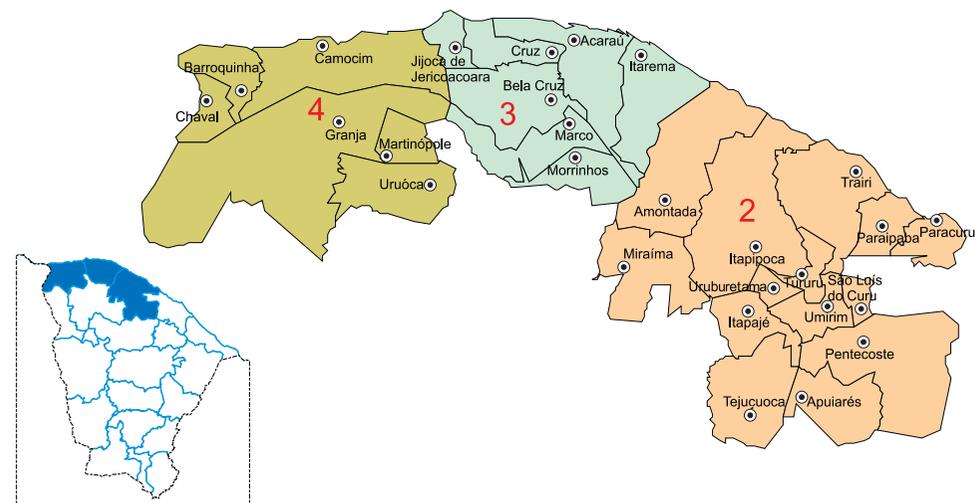
Macrorregião Administrativa RMF

Município	Área KM	População			Densidade Demográfica	IDH
		Total	Urbana	Rural		
Fortaleza	313,8	2.141.402	2.141.402	-	6.824,1	0,729
Aquiraz	482,8	60.469	54.682	5.787	125,2	0,576
Caucaia	1.195,6	250.479	226.088	24.391	209,5	0,584
Chorozinho	308,3	18.707	9.469	9.238	60,7	0,509
Eusébio	78,0	31.500	31.500	-	403,8	0,553
Guaiúba	271,3	19.884	15.611	4.273	73,3	0,485
Horizonte	191,9	33.790	28.122	5.668	176,1	0,580
Itaitinga	155,3	29.217	26.546	2.671	188,1	0,536
Maracanaú	98,6	179.732	179.170	562	1.822,8	0,585
Maranguape	654,8	88.135	65.268	22.867	134,6	0,550
Pacajus	241,9	44.070	34.301	9.769	182,2	0,551
Pacatuba	138,0	51.696	47.028	4.668	374,6	0,542
São Gonçalo do Amarante	845,8	35.608	22.077	13.531	42,1	0,506



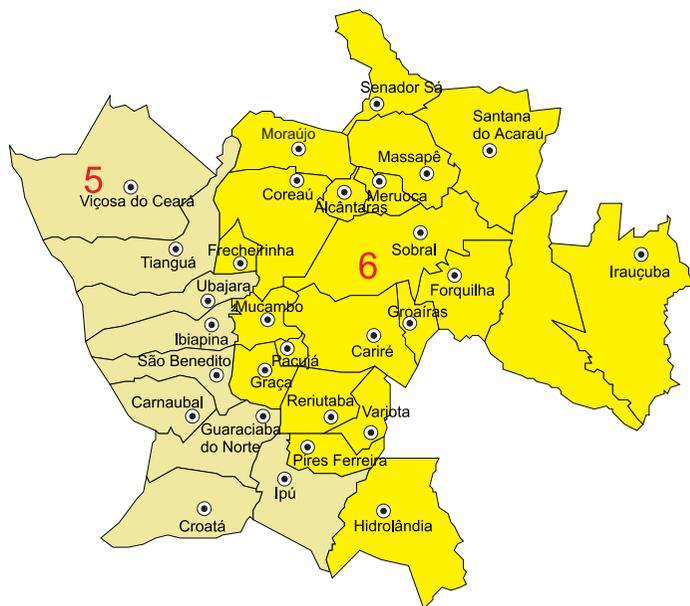
Macrorregião Administrativa Litoral Oeste

Município	Área KM	População			Densidade Demográfica	IDH
		Total	Urban	Rural		
Amontada	1.581,9	32.333	11.802	20.531	20,4	0,464
Apuiarés	565,1	12.540	5.453	7.087	22,2	0,462
Itapajé	399,0	41.093	27.459	13.634	103,0	0,527
Itapipoca	1.191,6	94.369	48.481	45.888	79,2	0,511
Miraima	766,1	11.417	4.772	6.645	14,9	0,426
Paracuru	296,6	27.541	16.673	10.868	92,9	0,508
Paraipaba	314,1	25.462	12.680	12.782	81,1	0,513
Pentecoste	1.352,0	32.600	19.212	13.388	24,1	0,515
São Luís do Curu	125,7	11.497	7.384	4.113	91,5	0,542
Tejuçuoca	804,5	13.519	4.157	9.362	16,8	0,448
Trairi	943,2	44.527	14.413	30.114	47,2	0,461
Tururu	203,2	11.498	5.278	6.220	56,6	0,446
Umirim	321,3	17.343	10.060	7.283	54,0	0,451
Uruburetama	125,4	16.444	11.170	5.274	131,1	0,496
Acaraú	839,2	48.968	24.582	24.386	58,4	0,505
Bela Cruz	846,3	28.358	11.585	16.773	33,5	0,461
Cruz	329,1	19.779	8.218	11.561	60,1	0,489
Itarema	738,4	30.347	9.901	20.446	41,1	0,465
Jijoca de Jericoacoara	195,9	12.089	3.434	8.655	61,7	0,526
Marco	583,8	20.427	11.687	8.740	35,0	0,502
Morrinhos	471,0	17.928	7.746	10.182	38,1	0,472
Barroquinha	367,9	13.921	9.096	4.825	37,8	0,457
Camocim	1.157,5	55.448	40.684	14.764	47,9	0,541
Chaval	247,9	12.163	8.497	3.666	49,1	0,480
Granja	2.705,0	48.484	22.564	25.920	17,9	0,442
Martinópolis	265,8	8.602	6.487	2.115	32,4	0,462
Uruoca	687,1	11.479	6.121	5.358	16,7	0,449



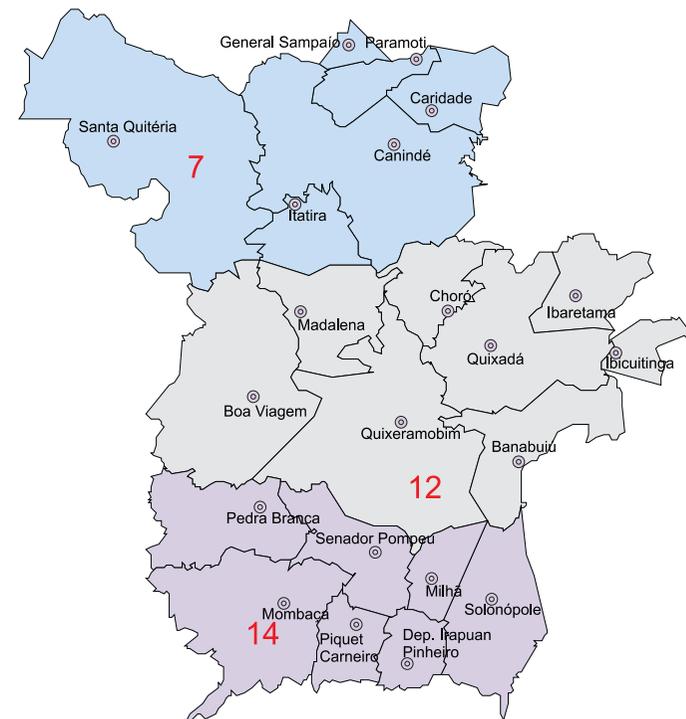
Macrorregião Administrativa Sobral / Ibiapaba

Município	Área KM	População			Densidade Demográfica	IDH
		Total	Urbana	Rural		
Carnaubal	292,2	15.230	6.925	8.305	52,1	0,496
Croatá	382,7	16.064	7.298	8.766	42,0	0,441
Guaraciaba do Norte	537,1	35.037	14.826	20.211	65,2	0,501
Ibiapina	368,1	22.157	8.231	13.926	60,2	0,503
Ipu	636,0	39.078	22.404	16.674	61,4	0,535
São Benedito	301,1	39.894	20.970	18.924	132,5	0,525
Tiangua	647,5	58.069	37.299	20.770	89,7	0,528
Ubajara	290,5	27.095	12.490	14.605	93,3	0,555
Viçosa do Ceará	1.302,0	45.427	14.478	30.949	34,9	0,450
Alcântaras	134,9	9.548	2.762	6.786	70,8	0,478
Cariré	711,2	18.617	5.459	13.158	26,2	0,475
Coreaú	815,0	19.981	11.263	8.718	24,5	0,468
Forquilha	548,4	17.488	11.619	5.869	31,9	0,528
Frecheirinha	137,5	11.832	6.459	5.373	86,1	0,483
Graça	261,3	14.813	4.838	9.975	56,7	0,434
Groaíras	156,1	8.741	5.588	3.153	56,0	0,514
Hidrolândia	978,8	17.687	9.122	8.565	18,1	0,488
Irauçuba	1.384,9	19.560	10.873	8.687	14,1	0,463
Massapé	533,4	29.574	19.173	10.401	55,4	0,480
Meruoca	155,4	11.339	5.627	5.712	73,0	0,503
Moraújo	2.796,6	7.046	3.352	3.694	2,5	0,441
Mucambo	404,2	13.811	7.574	6.237	34,2	0,500
Pacujá	65,8	5.653	3.276	2.377	85,9	0,496
Pires Ferreira	247,5	8.643	2.813	5.830	34,9	0,468
Reriutaba	366,0	21.224	9.734	11.490	58,0	0,499
Santana do Acaraú	806,5	26.198	12.454	13.744	32,5	0,502
Senador Sá	431,2	5.605	3.802	1.803	13,0	0,447
Sobral	2.129,0	155.276	134.508	20.768	72,9	0,611
Varjota	222,6	16.593	13.479	3.114	74,5	0,525



Macrorregião Administrativa Sertão Central

Município	Área KM	População			Densidade Demográfica	IDH
		Total	Urbana	Rural		
Canindé	3.205,4	69.601	39.573	30.028	21,7	0,498
Caridade	791,7	15.604	8.381	7.223	19,7	0,476
General Sampaio	184,9	4.886	2.316	2.550	26,3	0,452
Itaitira	740,6	15.541	6.030	9.511	21,0	0,437
Paramoti	514,8	10.970	4.175	6.795	21,3	0,449
Santa Quitéria	1.017,7	42.375	19.355	23.020	41,6	0,508
Banabuiú	1.225,5	16.173	7.622	8.551	13,2	0,511
Boa Viagem	2.737,5	50.306	20.820	29.486	18,4	0,510
Choró	792,7	12.001	2.849	9.152	15,1	0,436
Ibaretama	822,3	12.561	3.366	9.195	15,3	0,463
Ibicuitinga	380,6	9.435	4.387	5.048	24,8	0,477
Madalena	1.109,2	14.864	5.459	9.405	13,4	0,490
Quixadá	2.059,7	69.654	46.888	22.766	33,8	0,543
Quixeramobim	3.275,0	59.235	30.600	28.635	18,1	0,516
Deputado Irapuan Pinheiro	509,6	8.385	2.721	5.664	16,5	0,510
Milhã	525,2	13.028	5.054	7.974	24,8	0,507
Mombaça	240,2	41.215	16.052	25.163	171,6	0,494
Pedra Branca	1.290,2	40.742	17.347	23.395	31,6	0,508
Piquet Carneiro	580,1	13.131	5.582	7.549	22,6	0,488
Senador Pompeu	1.043,9	27.225	15.682	11.543	26,1	0,548
Solonópole	1.440,1	16.902	7.716	9.186	11,7	0,510



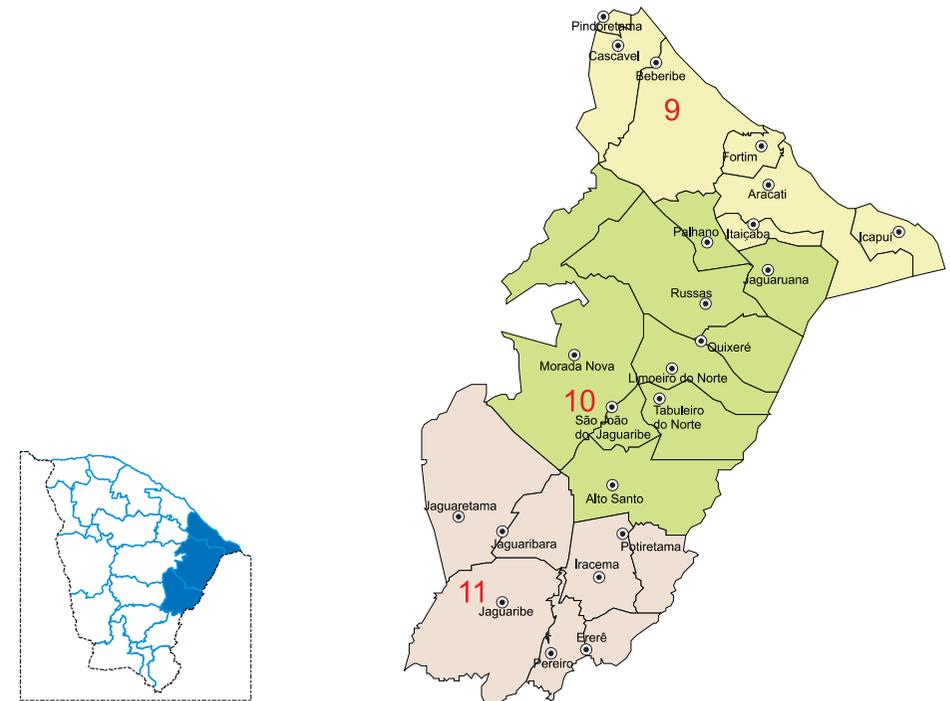
Macrorregião Administrativa Baturité

Município	Área KM	População			Densidade Demográfica	IDH
		Total	Urbana	Rural		
Acarape	136,5	12.927	7.025	5.902	94,7	0,503
Aracoiaba	628,1	24.064	12.205	11.859	38,3	0,487
Aratuba	157,5	12.359	2.157	10.202	78,5	0,460
Barreira	228,3	17.024	6.375	10.649	74,6	0,494
Baturité	347,3	29.861	20.846	9.015	86,0	0,551
Capistrano	186,9	15.830	5.252	10.578	84,7	0,446
Guaramiranga	107,6	5.714	2.330	3.384	53,1	0,501
Itapiúna	592,9	16.276	7.684	8.592	27,5	0,480
Mulungu	103,8	8.897	3.715	5.182	85,7	0,516
Ocara	775,2	21.584	6.372	15.212	27,8	0,447
Pacoti	94,5	10.929	3.809	7.120	115,7	0,501
Palmácia	150,8	9.859	4.417	5.442	65,4	0,489
Redenção	240,7	24.993	12.787	12.206	103,8	0,500



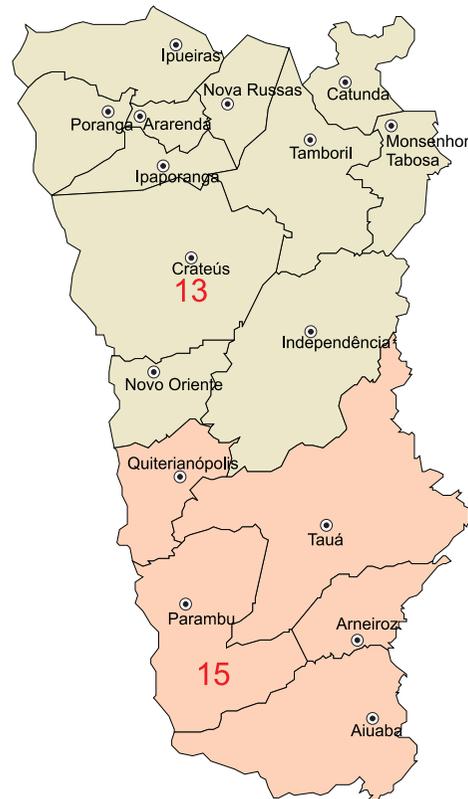
Macrorregião Administrativa Litoral Leste / Jaguaribe

Município	Área KM	População			Densidade Demográfica	IDH
		Total	Urbana	Rural		
Aracati	1.276,0	61.187	39.179	22.008	48,0	0,554
Beberibe	1.626,9	42.343	19.697	22.646	26,0	0,507
Cascavel	820,4	57.129	47.453	9.676	69,6	0,566
Fortim	279,7	12.066	8.610	3.456	43,1	0,543
Icapuí	429,4	16.052	4.662	11.390	37,4	0,525
Itaíçaba	240,2	6.579	3.672	2.907	27,4	0,502
Pindoretama	75,7	14.951	6.818	8.133	197,5	0,548
Alto Santo	1.322,9	15.394	5.447	9.947	11,6	0,529
Jaguaruana	746,4	29.735	16.580	13.155	39,8	0,517
Limoeiro do Norte	771,0	49.620	28.213	21.407	64,4	0,588
Morada Nova	877,7	64.400	33.869	30.531	73,4	0,556
Palhano	438,8	8.166	4.259	3.907	18,6	0,478
Quixeré	600,8	16.862	9.857	7.005	28,1	0,510
Russas	1.614,3	57.320	35.323	21.997	35,5	0,558
São João do Jaguaribe	286,8	8.650	2.744	5.906	30,2	0,558
Tabuleiro do Norte	832,7	27.098	15.852	11.246	32,5	0,577
Ererê	323,0	6.302	2.262	4.040	19,5	0,499
Iracema	770,0	13.155	8.279	4.876	17,1	0,555
Jaguetama	1.870,8	18.024	7.295	10.729	9,6	0,518
Jaguaribara	595,6	8.730	3.539	5.191	14,7	0,522
Jaguaribe	1.822,3	35.062	21.051	14.011	19,2	0,571
Pereiro	423,1	15.225	5.109	10.116	36,0	0,481
Potiretama	495,2	5.768	2.197	3.571	11,6	0,485



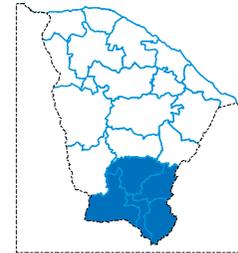
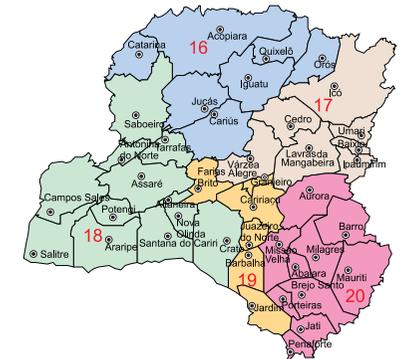
Macrorregião Administrativa Sertão dos Inhamuns

Município	Área KM	População			Densidade Demográfica	IDH
		Total	Urbana	Rural		
Ararendá	354,7	10.008	4.075	5.933	28,2	0,473
Catunda	807,6	9.286	4.068	5.218	11,5	0,449
Crateús	2.799,6	70.898	47.549	23.349	25,3	0,574
Independência	3.178,2	25.262	10.265	14.997	7,9	0,538
Ipaporanga	646,4	11.247	3.203	8.044	17,4	0,442
Ipueiras	1.131,7	38.219	15.775	22.444	33,8	0,475
Monsenhor Tabosa	2.114,1	16.344	7.823	8.521	7,7	0,461
Nova Russas	741,4	29.347	20.844	8.503	39,6	0,547
Novo Oriente	951,1	26.119	12.709	13.410	27,5	0,501
Poranga	247,4	11.737	7.135	4.602	47,4	0,466
Tamboril	2.046,6	25.973	12.401	13.572	12,7	0,450
Aiuaba	2.471,6	14.452	3.162	11.290	5,8	0,432
Arneiróz	941,9	7.538	2.146	5.392	8,0	0,453
Parambu	2.440,1	32.302	12.550	19.752	13,2	0,477
Quiterianópolis	1.069,4	18.355	5.068	13.287	17,2	0,487
Tauá	3.957,4	51.948	26.721	25.227	13,1	0,551



Macrorregião Administrativa Cariri / Centro Sul

Município	Área KM	População			Densidade Demográfica	IDH
		Total	Urbana	Rural		
Acopiara	2.296,2	47.137	22.230	24.907	20,5	0,524
Cariús	1.055,9	18.444	7.170	11.274	17,5	0,471
Catarina	582,1	15.547	6.465	9.082	26,7	0,444
Iguatu	1.042,6	85.615	62.366	23.249	82,1	0,610
Jucás	940,7	22.632	11.856	10.776	24,1	0,471
Orós	598,7	22.023	15.800	6.223	36,8	0,501
Quixelô	554,5	15.596	4.165	11.431	28,1	0,474
Baixio	141,8	5.724	2.585	3.139	40,4	0,476
Cedro	678,8	24.062	13.501	10.561	35,4	0,534
Ícó	1.936,8	62.521	26.047	36.474	32,3	0,518
Ipauimirim	286,2	11.539	6.199	5.340	40,3	0,511
Lavras da Mangabeira	993,3	31.203	16.730	14.473	31,4	0,483
Umari	265,6	7.435	3.540	3.895	28,0	0,468
Várzea Alegre	811,2	34.844	19.268	15.576	43,0	0,506
Altaneira	87,1	5.687	3.787	1.900	65,3	0,484
Antonina do Norte	250,8	6.509	4.429	2.080	26,0	0,491
Araripe	1.042,5	19.606	10.151	9.455	18,8	0,467
Assaré	1.127,2	20.882	9.428	11.454	18,5	0,470
Campos Sales	1.093,1	25.566	17.135	8.431	23,4	0,577
Crato	1.117,5	104.646	83.917	20.729	93,6	0,628
Nova Olinda	290,7	12.077	6.393	5.684	41,5	0,527
Potengi	334,5	9.138	3.985	5.153	27,3	0,501
Saboeiro	1.354,2	16.226	7.798	8.428	12,0	0,444
Salitre	797,5	13.925	4.489	9.436	17,5	0,442
Santana do Cariri	4.270,5	16.847	8.178	8.669	3,9	0,454
Tarrafas	451,1	9.213	1.947	7.266	20,4	0,413
Barbalha	451,9	47.031	30.669	16.362	104,1	0,567
Caririaçu	690,5	25.733	10.618	15.115	37,3	0,463
Farias Brito	476,8	20.315	8.726	11.589	42,6	0,488
Granjeiro	99,0	5.295	1.234	4.061	53,5	0,435
Jardim	500,9	26.414	7.358	19.056	52,7	0,472
Juazeiro do Norte	235,4	212.133	202.227	9.906	901,2	0,606
Abaíara	182,6	8.385	3.208	5.177	45,9	0,486
Aurora	892,2	25.207	10.080	15.127	28,3	0,482
Barro	697,8	20.007	10.866	9.141	28,7	0,517
Brejo Santo	684,3	38.484	22.678	15.806	56,2	0,564
Jati	347,5	7.265	3.016	4.249	20,9	0,526
Mauriti	1.045,5	42.399	18.079	24.320	40,6	0,513
Milagres	620,5	26.959	11.291	15.668	43,4	0,502
Missão Velha	533,9	32.586	12.785	19.801	61,0	0,535
Penaforte	178,1	7.017	4.478	2.539	39,4	0,528
Porteiras	190,2	15.658	4.480	11.178	82,3	0,516



PARTICIPANTES NAS REUNIÕES DOS MUNICÍPIOS

PACOTI

TÉCNICO	ORGÃOS
FRANCISCO JOSÉ LEITE DE BARROS	SETUR
JOÃO ALBERTO NETO LOBO	SEJUS
ANTÔNIO SALVADOR DA ROCHA	SECITECE
SERGIO CAVALCANTE	SEPLAN
JOÃO WASHINGTON DE MENEZES	SESA - SAÚDE
FRANCISCO JOSÉ MENDES GIFFONI	SEPLAN
ITAMAR TEIXEIRA BEZERRA	SEAGRI
NELCI GADELHA DE ALMEIDA	SOMA - SEMACE
EVELINE MARIA CORDEIRO BRANDÃO	SOMA - SEMACE
MÔNICA MARIA SILVA DE SOUZA	SIM
MARIA APARECIDA DOS SANTOS	SEPLAN
JOSÉ MAURICIO MENDES GIFFONI	SEINFRA
ROBERTO MATOSO	SETE
ROBSON VERAS	SETE
DANIELLE CAMPOS SANTANA	SETE
OSVALD BARROSO	SECULT
IRENE NOUSIAINEN SAMPAIO	AGROPÓLOS - SDLR

QUIXADÁ

TÉCNICO	ORGÃOS
MARIA CLAUDIA G. MENEZES	SESA - SAÚDE
ANETE MOREZ GONZAGA	SETUR
CÉLIA MARIA GOMES	SEDUC
MARIA GLÁUCIA REBOUÇAS	SAS
ALESSANDRA LEITE URUGUAI	SOMA
IRVANY MATIAS	SEPLAN
EDUARDO NETO MOREIRA	SIM
FERNANDO S. PINHEIRO	SDLR
RACHEL GOMES XAVIER	SEJUS
OLGA BARBOSA	SEINFRA
NELCY GADELHA	SOMA - SEMACE
MÉRCIA CRISTINA	SRH
FRANCISCO FLÁVIO DOS SANTOS	SSPDS
JOÃO M TAVARES JUNIOR	SECITECE
FRANCISCO JOSÉ MENDES GIFFONI	SEPLAN
OSVALD BARROSO	SECULT

CANINDÉ

TÉCNICO	ORGÃOS
MARIA CLAUDIA G. MENEZES	SESA - SAÚDE
ANETE MOREZ GONZAGA	SETUR
CÉLIA MARIA GOMES	SEDUC
MARIA GLÁUCIA REBOUÇAS	SAS
ALESSANDRA LEITE URUGUAI	SOMA
IRVANY MATIAS	SEPLAN
HENRIQUE SILVA	SETE
ADRIANO GIRÃO	SETE
EDUARDO NETO MOREIRA	SIM
FERNANDO S. PINHEIRO	SDLR
RACHEL GOMES XAVIER	SEJUS
OLGA BARBOSA	SEINFRA
NELEY GADELHA	SOMA - SEMACE
MÉRCIA CRISTINA	SRH
FRANCISCO FLÁVIO DOS SANTOS	SSPDS
JOÃO M TAVARES JUNIOR	SECITECE
FRANCISCO JOSÉ MENDES	SEPLAN
FRANCISCO S COSTA	SEJUV
IVONCLEITON EDUARDO GOMES	AGROPÓLOS

CAMOCIM / ACARAU

TÉCNICO	ORGÃOS
NELCI GADELHA ALMEIDA	SOMA - SEMACE
ANA LÚCIA RIBEIRO	SEPLAN
MARILIA CALHEIROS	SESA - SAÚDE
EVELINE MARIA CORDEIRO BRANDÃO	SOMA
NOHEMY REZENDE IBANEZ	SIM
NÁTIA DE MATOS NUNES	SDE
JOÃO M TAVARES JUNIOR	SECITECE
ELIZABETE ROBERTO GOMES DA SILVA	SAS / PROARES
MARIRLY RIBEIRO ALMEIDA MELO	SAS
CARLOS ANDRÉ ABREU CARNEIRO	SEJUS
ROBERTO VIRGINIO E SOUSA	SEAGRI
ANTONIO CARLOS FERREIRA DA SILVA	SSPDS
MARIA EVELINE VASCONCELOS	SECULT
IRENE FLÁVIA DE S SERENÁRIO	CODECE
FRANCISCO DAS CHAGAS M TEIXEIRA	SETUR
CARLOS EDUARDO PIRES SOBREIRA	SEPLAN
OLGA BARBOSA	SEINFRA
CÉLIA MARIA SOARES	SEDUC
ARIONNE CARVALHEDO	SEJUV
IVONCLEITON S. GOMES	AGROPÓLOS
MERCIA SALES	
REGINA HELENA T S DE HOLANDA	SETE
ANA VIRGINIA SALES ALCANTARA	PRODETUR
IRACY FERNANDES COSTA	PRODETUR

VIÇOSA DO CEARÁ / ITAIPÓCA

TÉCNICO	ORGÃOS
OLÉDA ARAÚJO	SESA
MARIA ENEIDA MACHADO MAIA	SEDUC
APARECIDA COSTA	SETUR
JOSÉ MAURICIO MENDES GIFFONI	SEINFRA
MARIA CRISTINA CARDOSO BEZERRA	SAS
ROBSON DE OLIVEIRA VERAS	SETE
PAULO NEIVA	SEPLAN
ALESSANDRA LEITE URUGUAI	SOMA
ANTONIO RODRIGUES CARNEIRO	SSPDS
RICARDO C VASQUES	SEPLAN
PEDRO AGUIAR N FILHO	CODECE
SOCORRO MOURÃO	SEJUS
ANGELA LEÃO	SIM
VERA LÚCIA T SALGADO	SDE
ACÚRCIO ALENCAR ARAÚJO FILHO	SEAGRI
FERNANDO SAULO CALHEIROS	SDLR
MARIA INÊS TEIXEIRA PINHEIRO	SRH
RICARDO COSTA	SECITECE
ELIZA GUNTHER	SECULT

ARACATI / RUSSA

TÉCNICO	ORGÃOS
NELCI GADELHA DE ALMEIDA	SEMACE
MARILIA VIEIRA CALHEIROS	SESA
FRANCISCO ALVES DE SOUZA	SEAGRI
LUIZ ALVES DA SILVA FILHO	SSPDS
CÉLIA MOURA SOARES	SEDUC
MARIA ANGELA LEÃO M MADEIRA	SIM
ALESSANDRA LEITE URUGUAI	SOMA
PEDRO AGUIAR N FILHO	CODECE
ROBSON DE OLIVEIRA VERAS	SETE
TERESA NEUMAN GIRÃO SARAIVA	SEPLAN
ANTONIO CARLOS BEZERRA ARAGÃO	SEJUV
FRANCISCO JOSÉ MENEZES BATISTA	SRH
RICARDO COSTA	SECITECE
JOSÉ MAURICIO MENDES GIFFONI	SEINFRA
VERA LÚCIA T SALGADO	SDE
CARLOS EDUARDO PIRES SOBREIRA	SEPLAN
POTIGUAR F FONTENELLE	SECULT
FERNANDO SAULO CALHEIROS	SDLR
IVONCLEITON E. GOMES	AGROPÓLOS
ROSALY MOURÃO	SETUR
FERNANDO OLIVEIRA	AGROPÓLOS
GLAUBER PAIVA	SECULT

JAGUARIBE / ICÓ

TÉCNICO	ORGÃOS
FRANCISCO JOSÉ MENDES GIFFONI	SEPLAN
JOSÉ ARIMATÉA GONÇALVES	SEAGRI
MARIA DE LOURDES DA ROCHA	SETUR
NÁTIA DE MATOS NUNES	SDE
OLÉDA MARIA CASTRO ARAÚJO	SESA
LUCÍDIO FERNANDES MAIA	SEJUS
TARCÍSIO HILTER DE VASCONCELOS FILHO	SECITECE
JOSÉ EDNART A CARVALHO	SIM
LÁUCIA MARIA LIMA MEDEIROS	SEINFRA
IRENE FLÁVIA DE S SERENÁRIO	CODECE
MARIA INÊS TEIXEIRA P	SRH
EVELINE MARIA CORDEIRO BRANDÃO	SOMA
FRANCISCO JOSÉ MOURA CAVALCANTE	SEINFRA
ELIONE MARIA NOGUEIRA DIÓGENES	SEDUC
FREDERICO DE S BARROS	SECULT
RAIMUNDO MARCOS DE OLIVEIRA	CBECE
JOSÉ VIRGILIO LIMA PIRES	SEJUV
JOÃO PRATAGIL P DE ARAÚJO	SETE
MARIA CHRISTINA MACHADO PUBLIO	SETE

PEDRA BRANCA / CRATEU

TÉCNICO	ORGÃOS
MARIA ALICE GUEDES MARQUES	SRH
MARIA DO SOCORRO MOURÃO SILVA	SEJUS
LUCÍOLA PALMEIRA FITIPALDI	SECULT
JOSÉ WASHINGTON DE MENEZES	SESA
ALESSANDRA LEITE URUGUAI	SOMA
RICARDO DA COSTA E SILVA	SECITECE
LUCITA CUNHA MATOS	SAS
PEDRO AGUIAR N FILHO	CODECE
MARIA APARECIDA R COSTA	SETUR
JOSÉ ARIMATÉA GONÇALVES	SEAGRI
ANTENOR B FILHO	SEPLAN
FCO ZUZA	SEAGRI
ANTONIO CARLOS FERREIRA DA SILVA	SSPDS
ANA LÚCIA RIBEIRO	SEPLAN
NELCY GADELHA ALMEIDA	SEMACE
FERNANDO SAULO C DE P PINHEIRO	SDLR
JOSÉ MAURICIO MENDES GIFFONI	SEINFRA
CÉLIA MARIA SOARES	SEDUC
IVONCLEITON E GOMES	SDLR
VERA LÚCIA T SALGADO	SDE
ANTONIO BEZERRA PEIXOTO	SIM

SOBRAL

TÉCNICO	ORGÃOS
MARIA CLAUDIA G MENEZES	SESA
JOÃO WASHINGTON DE MENEZES	SESA
RICARDO COSTA E SILVA	SECITECE
ANTONIO CARLOS FERREIRA DA SILVA	SSPDS
FRANCISCO JOSÉ MOURA CAVALCANTE	SEINFRA
ELIONE MARIA NOGUEIRA DIÓGENES	SEDUC
FRANCISCO DÁRIO SILVA FEITOSA	SRH
ROGÉRIO ALVES DE SANTANA	SEAGRI
ROBÉRIO LESSA	SEPLAN
RICARDO SABADIA	SDLR
FRANCISCO FLÁVIO DOS SANTOS WILSON	SSPDS
ROBSON VERAS	SETE
MARIA ENEIDA MACHADO MAIA	SEDUC
MARIA INÊS TEIXEIRA PINHEIRO	SRH
NELCY GADELHA DE ALMEIDA	SEMACE
VIRGINIA MARIA ORÍ DE ALENCAR	SECULT
NÁTIA DE MATOS NUNES	SEPLAN
FERNANDO SAULO CALHEIROS DE O PINHEIRO	SDLR
MARIA LÚCIA ALMEIDA DE MENEZES	SETUR
JOSÉ MAURICIO MENDES GIFFONI	SEINFRA
ANTONIO MENDES TABOSA	SEPLAN
DAIANE PESSOA MATIAS	SAS
FRANCISCO JOSÉ MENDES GIFFONI	SEPLAN

ITAINGA

TÉCNICO	ORGÃOS
ELIONE MARIA NOGUEIRA DIÓGENES	SEDUC
MARDÔNIO E SILVA GUEDES	SECULT
MARILIA VIEIRA CALHEIROS	SESA
FRANCISCO ALVES DE SOUZA	SEAGRI
MARIA INÊS TEIXEIRA PINHEIRO	SRH
FCO JOSÉ LEITE DE BARROS	SETUR
IRENE FLÁVIA DE S SERENÁRIO	SDE
EVELINE MARIA CORDEIRO BRANDÃO	SOMA
MARIA DO SOCORRO MOURÃO SILVA	SEJUS
MÉRCIA MARIA DE MELO PONTE LIMA	SEPLAN
RICARDO DA COSTA E SILVA	SECITECE
PAULO NEIVA	SEPLAN
JOSÉ MAURICIO MENDES GIFFONI	SEINFRA
MÔNICA MARIA SILVA DE SOUZA	SIM
IRENE NOUSIAINEN SAMPAIO	AGROPÓLOS

IGUATU / TAUÁ

TÉCNICO	ORGÃOS
RAIMUNDO JOSÉ COUTO DOS REIS FILHO	SEAGRI
TARCÍSIO HILTER DE V FILHO	SECITECE
GLAUBER S PAIVA FILHO	SECITECE
MARIA CLAUDIA G MENEZES	SESA
IONÉDA BENEVIDES ELLERY	SEJUV
FRANCISCO DE ASSIS BARRETO	SRH
JOSÉ ERIVILSON DE LIMA	SEPLAN
CARLOS ANDRÉ ABREU CARNEIRO	SEJUV
MARIA DO SOCORRO ARAÚJO CAMARA	SETUR
NÁTIA DE MATOS NUNES	SDE
RICARDO SABADIA	SDLR
EVELINE MARIA C BRANDÃO	SOMA
ELIONE MARIA NOGUEIRA DIÓGENES	SEDUC
IRENE FLÁVIA DE S SERENÁRIO	CODECE
FRANCISCO JOSÉ MENDES GIFFONI	SEPLAN
EDNART A CARVALHO	SIM
LÚCIA CIDRÃO	SECULT

JUAZEIRO DO NORTE / MILAGRES

TÉCNICO	ORGÃOS
ROBSON DE OLIVEIRA VERAS	SETE
ELIZA GUNTHER	SECULT
DODORA GUIMARÃES	SECULT
PAULO NEIVA	SEPLAN
ROBÉRIO LESSA	SEPLAN
NELCY GADELHA	SEMACE
TERESA NEUMAN GIRÃO SARAIVA	SEPLAN
OLÉDA ARAÚJO	SESA
EVELINE MARIA CORDEIRO BRANDÃO	SOMA
ROBERTO VIRGINIO E SOUSA	SEAGRI
MARIA ENEIDA MACHADO MAIA	SEDUC
DELANE PESSOA MATIAS	SAS
EDNART CARVALHO	SIM
ANTONIO CARLOS FERREIRA DA SILVA	SSPDS
FCO DAS CHAGAS M TEIXEIRA	SETUR
FCO JOSÉ M CAVALCANTE	SEINFRA
ANTONIO SALVADOR DA ROCHA	SECITECE
JOÃO M TAVARES JUNIOR	SECITECE
IRENE FLÁVIA DE S SERENÁRIO	CODECE
NÁTIA DE MATOS NUNES	SDE
ANTONIO SERGIO MONTENEGRO CAVALCANTE	SEPLAN
RICARDO SABADIA	

CRATO

TÉCNICO	ORGÃOS
FRANCISCO JOSÉ MENDES GIFONI	SEPLAN
EMANUAL ITAMAR LEMOS MARQUES	SESA
FRANCISCO JOSÉ MOURA CAVALCANTE	SEINFRA
LAURA MARY MARQUES FERNANDES	SETUR
JOÃO CARLOS ARAÚJO GURGEL	SSPDS
FRANCISCA MARIA NOGUEIRA	SAS
NÁTIA DE MATOS NUNES	SDE
IRENE FLÁVIA DE S SERENÁRIO	SDE
RICARDO SABADIA	SDLR
MARIA ENEIDA MACHADO MAIA	SEDUC
ALESSANDRA LEITE URUGUAI	SOMA
ROBSON VERAS	SETE
OLÉDA ARAÚJO	SESA

6. FINANCIAMENTO DO PLANO



6.1. Análise Comparativa dos PPA 2000/2003 e 2004/2007

O presente capítulo tem por objetivo realizar uma análise comparativa dos principais destaques e eventos previstos nos PPA de 2000/2003 e 2004/2007, colocando em perspectiva a ação de planejamento do Governo do Estado, ao longo dos dois períodos citados.

Inicialmente, cabe comentar os cenários macroeconômicos que foram montados para servir como pano de fundo para as projeções contidas nos dois Planos referidos. O PPA 2000/2003 trabalhou com uma perspectiva bastante favorável de crescimento para a economia cearense. Em 1999, época da sua elaboração, havia expectativas econômicas bastante positivas e, adicionalmente, imaginou-se que seriam concretizados grandes investimentos no Estado, particularmente no que se referiam aos projetos siderúrgico e da refinaria de petróleo, no Complexo do Porto do Pecém. Posteriormente, problemas de natureza política, financeira, técnica e de parcerias, além de fortes mudanças e deterioração no cenário econômico nacional e internacional, impossibilitaram não somente a efetivação de tais empreendimentos, bem como a realização das previsões otimistas. A título de ilustração, imaginou-se, naquela ocasião, que a economia cearense poderia apresentar uma expansão acumulada de 32,4% (média anual de 7,3%), no período de 2000 a 2003. Na verdade, o crescimento observado foi bem mais modesto, com uma taxa acumulada de apenas 6,8%. Para o PPA 2004/2007, o cenário macroeconômico previsto é um pouco mais conservador, relativamente ao anteriormente comentado. Assim, está sendo estimada, uma expansão acumulada do PIB cearense da ordem de 18,7% (média anual de 4,4%), no referido período.

Este cenário comporta uma previsão de maior impacto dos investimentos em infra-estrutura, realizados recentemente pelo Governo do Estado, uma economia interna fortalecida pela maior transferência de recursos federais para a população mais pobre, um maior dinamismo do setor exportador e um aumento da capacidade de investimento do Tesouro Estadual. Além disso, deve-se considerar a possibilidade de implantação de projetos importantes, como os da siderurgia e da refinaria, embora mais para o final do período analisado. Do lado externo, projeta-se uma acentuada melhoria da economia nacional, dentro de um cenário de estabilidade macroeconômica que possibilitará a prática de juros menores e maior crescimento doméstico, bem como uma gradual recuperação da economia internacional, puxada pela reanimação das economias americana e européia.

Por outro lado, as estratégias e linhas de ação dos dois Planos apresentam uma certa diferenciação conceitual e de abordagem. O PPA 2000/2003 contou

com cinco opções estratégicas:

1. Capacitar a população para o desenvolvimento;
2. Avançar no crescimento econômico
3. Melhorar a qualidade de vida da população.
4. Garantir a oferta permanente de água e o convívio com o semi-árido.
5. Aperfeiçoar a gestão pública.

As premissas que davam sustentação às estratégias descritas anteriormente eram: sustentabilidade do desenvolvimento; descentralização do crescimento; melhoria na qualidade de vida, em que os índices de pobreza seriam cada vez mais reduzidos e o princípio da parceria, como elo que potencializaria a contribuição de todos os segmentos para o bem-estar dos cearenses.

Os fundamentos do PPA 2004/2007 seguem, de um modo geral, na mesma linha, embora contenham pequenas diferenciações. Assim, os seus princípios norteadores são: participação; cooperação e parceria; transparência; racionalidade; integração com descentralização, equidade e inclusão social e sustentabilidade.

Dentro desses princípios, foram determinados quatro eixos de articulação:

1. Ceará Empreendedor
2. Ceará Vida Melhor
3. Ceará Integração
4. Ceará, Estado a Serviço do Cidadão

Para a elaboração do PPA 2004/2007, o Governo do Estado tem procurado ouvir a sociedade, nas suas mais diversas representações, de modo a incluir ou ajustar as suas demandas, tornando-a participe deste processo de planejamento de médio prazo. Com essa postura, consolida os compromissos assumidos durante a campanha; as propostas e discussões realizadas no Movimento Ceará Cidadania; as contribuições dos setores governamentais; as discussões realizadas em 21 regiões do Estado; e as orientações estratégicas do Governo.

De outra parte, cabe também uma comparação quanto à ênfase na realização de despesas previstas nos dois Planos. Tendo em vista que até o momento não foram consolidadas as informações de todas as fontes de recursos para o PPA 2004/2007, como por exemplo as operações de crédito, convênios, parcerias e recursos próprios, a análise que será feita refere-se apenas aos recursos do Tesouro Estadual.

Assim, os dados preliminares disponíveis mostram uma mudança de ênfase na previsão de gastos para a área social. Dessa forma, na vigência do PPA 2004/2007, deverá haver uma elevação nas despesas com educação básica, que alcançarão

30,4% do total, de igual modo com os gastos com saúde, que passarão para 15,3%, atingindo as duas áreas 45,7%. No PPA 2000/2003, essas participações eram de, respectivamente, 24,2%, 8,4% e 32,6%.

Por outro lado, projeta-se reduções para algumas áreas, como é o caso do desenvolvimento urbano e meio ambiente (caindo de 3,0% para 0,5%), recursos hídricos (de 2,9% para 0,8%), infra-estrutura (de 4,4% para 3,0%) e agricultura (de 3,3% para 2,4%).

A maior redução, entretanto, está sendo programada para a área de gestão pública e serviços ao Estado, que deverá cair de 13,9%, para 6,2% do total das despesas cobertas com recursos oriundos do Tesouro Estadual. Esse acentuado declínio tem como justificativa a necessidade de cortar despesas da máquina estadual e procurar o equilíbrio fiscal do Estado, de modo a permitir a manutenção de gastos em áreas prioritárias, como educação, saúde e segurança pública.

No que diz respeito ao PPA 2004/2007, as receitas administradas pelo Tesouro Estadual (exclui autarquias, fundos, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista) estão estimadas, preliminarmente para 2004, em R\$ 5.857,4 milhões, correspondendo a 19,9% do PIB, devendo registrar um crescimento nominal de 16,4% sobre os números de 2003. Para 2007, estima-se que as receitas do Tesouro Estadual alcancem R\$ 7.562,1 milhões.

Na vigência do referido PPA, prevê-se que o valor acumulado das receitas do Tesouro atinjam R\$ 22.800,0 milhões, a preços constantes de 2003. Vale lembrar, que, no cálculo do referido valor, não foi computada a previsão de inflação futura do período, levando-se em conta, entretanto, o crescimento esperado para a economia cearense e o esforço de arrecadação.

Por outro lado, as despesas do Tesouro Estadual para 2004, excluídas as transferências constitucionais para os municípios (R\$ 875,2 milhões), estão previstas em R\$ 4.879,5 milhões, o que representa 16,5% do PIB cearense devendo atingir, em 2007, a soma de R\$ 5.917,2 milhões. O crescimento das despesas, em 2004 alcançará 6,0%, em termos nominais, sobre o valor estimado para 2003. O crescimento da despesa abaixo da variação da receita (16,4%) é consistente com a manutenção da meta de superávit primário do Governo Estadual, previsto para 2004 em R\$ 498,0 milhões, equivalente a 1,5% do PIB estadual. Proeta-se, ainda, que esse superávit primário deverá seguir uma trajetória ascendente nos anos seguintes, até atingir 2,2% do PIB, em 2007.

No tocante ao endividamento do Estado, é importante ressaltar a situação de equilíbrio projetada para o período 2004/2007. A relação serviço da dívida/receita corrente líquida do Tesouro, que alcançou 18,5% em 2002, deverá ser reduzida, pelas projeções, para 15,8%, em 2004, caindo gradativamente até atingir 14,5%, em 2007. Com relação à dívida fundada, as previsões indicam igualmente uma trajetória descendente, tendo em vista que sua relação com o PIB estadual deve ser reduzida de 19,7%, em 2002, para 14,9%, em 2007.

6.2. Financiamento do Plano

A implementação das ações do Plano Plurianual 2004-2007, com vistas à manutenção do equilíbrio fiscal estadual, será viabilizada observando-se as seguintes premissas básicas:

- fontes de financiamento: recursos próprios do tesouro estadual; recursos captados por meio de convênios com entidades de desenvolvimento nacionais e internacionais; recursos oriundos de novos contratos a serem formalizados, mediante operações de crédito; e recursos oriundos de receitas próprias da administração indireta e de outras fontes;
- a arrecadação dos impostos estaduais seguirá uma tendência de crescimento, influenciando no aumento da receita estadual, em razão do aperfeiçoamento e modernização do processo de arrecadação, da preservação dos princípios de probidade administrativa e transparência governamentais, e do estímulo à atividade produtiva;
- maior efetividade dos gastos públicos;
- fortalecimento de parcerias com o segundo setor (organizações empresariais) e terceiro setor (organizações sem fins lucrativos) para implementação dos programas e projetos para o atual quadriênio;
- otimização do financiamento das ações governamentais, por meio da reprogramação orçamentária.

Caberá ao Plano Plurianual 2004-2007, portanto, definir a orientação das ações de Governo para estruturação dos gastos públicos ao longo do quadriênio. Isso induzirá uma maior otimização dos recursos fiscais anuais, ganhando-se em eficiência em relação às despesas de custeio e investimento.

Outro aspecto relevante, na política governamental é a prioridade para investimentos nos setores que contribuem mais diretamente para redução da pobreza e para a inclusão social da população carente.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

SECRETÁRIO	Francisco de Queiroz Maia Júnior
SECRETÁRIO-ADJUNTO	Antonio Sérgio Montenegro Cavalcante
SECRETÁRIA-EXECUTIVA	Soraia Thomaz Dias Victor
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE GOVERNO	Francisco José Mendes Gifoni
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	Paulo Henrique Parente Neiva Santos
COORDENADOR DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA	Carlos Eduardo Pires Sobreira
COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	José Rafael Neto
ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Fátima Lúcia Martins Dantas
DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ	Antônio João Alves Fernandes Távora
	Marcos Costa Holanda

EQUIPE DE ELABORAÇÃO (SEPLAN)

COORDENAÇÃO GERAL	Carlos Eduardo Pires Sobreira
	Francisco José Mendes Gifoni
ELABORAÇÃO TÉCNICA	Ana Lúcia Ribeiro Lima
	Antenor Barbosa Filho
	Francisco Ferreira Alves
COLABORAÇÃO TÉCNICA	João Adjemir Mesquita Paiva
COLABORAÇÃO ESPECIAL	Marcos Costa Holanda
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	Paulo Tadeu Moraes da Conceição Roque

